



# RELATÓRIO DE GESTÃO 2009



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**CESAR AUGUSTO MARGARIDO ZARATIN**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**JOSÉ MARIA TEIXEIRA**  
Diretor-Geral

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO**

**BRÍNEA MARLA BERNARDES BORGES**  
Analista Ministerial – Assessora Jurídica de Procurador de Justiça

**JORAMA LEOBAS DE CASTRO ANTUNES**  
Assessora Jurídica de Procurador de Justiça

**JOÃO DA SILVA MACEDO**  
Analista Ministerial Especializado – Ciências Econômicas

**JOÃO RICARDO DE ARAÚJO SILVA**  
Analista Ministerial Especializado – Ciências Econômicas

**FÁUSTONE BANDEIRA MORAIS BERNARDES**  
Auxiliar Ministerial

## SUMÁRIO

1. - IDENTIFICAÇÃO .....	9
2. - SINOPSE DAS REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO 2009.....	10
3. - ESTRATÉGIA, COMPETÊNCIA, ATRIBUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO MPE-TO..	20
3.1 – Da Estratégia.....	20
3.2 – Da Competência Legal.....	20
3.3 – Das Atribuições.....	21
3.4 – Da Organização.....	22
4. - PROGRAMA 0046: Proteção dos Direitos Sociais e Individuais Indisponíveis.....	24
4.1 – APRESENTAÇÃO.....	24
4.2 – INDICADORES.....	24
4.3 – RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	26
4.4 – AÇÕES.....	27
4.4.1 – Incremento positivo da celeridade das atividades do Ministério Público.....	27
4.4.2 – Implementação e estruturação da sala de inteligência.....	29
4.4.3 – Sistema de avaliação e orientação da Corregedoria.....	30
4.4.4 – Assessoria técnica p/ subsidiar as atividades Ministeriais de defesa sócio-jurídica dos direitos difusos e coletivos e os relativos às áreas criminal e de proteção à mulher	31
4.4.5 – Capacitação dos membros e servidores do Ministério Público.....	36
4.4.6 – Combate às organizações criminosas.....	39
4.4.7 – Incremento do programa redução de processos pendentes acumulados.....	40
5. - PROGRAMA 0047: Modernização e Desenvolvimento Institucional do Ministério Público.....	42
5.1 – APRESENTAÇÃO.....	42
5.2 – INDICADORES.....	42
5.3 – RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	44
5.4 – AÇÕES.....	46
5.4.1 – Ampliação da frota de veículo do Ministério Público.....	46
5.4.2 – Construção das Promotorias do Ministério Público.....	47
5.4.3 – Concessão de direitos a membros e servidores do ministério público.....	48
5.4.4 – Concessão de direitos decorrentes de precatórios judiciais.....	49

5.4.5 – Implementação da administração gerencial voltada para resultados.....	50
5.4.6 – Realização de concurso público para servidores.....	53
6. - PROGRAMA 195: Apoio Administrativo.....	54
6.1 – APRESENTAÇÃO.....	54
6.2 – RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	56
6.3 – AÇÕES.....	56
6.3.1 – Coordenação e Manutenção dos serviços gerais.....	56
6.3.2 – Manutenção dos serviços de Transportes.....	59
6.3.3 – Manutenção de Recursos Humanos.....	62
6.3.4 – Manutenção dos serviços de Informática.....	69
7. - SITUAÇÃO DOS PROJETOS.....	77
8. - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78

## LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Dados identificadores da unidade .....	9
Figura 3.4 – Mapa das cidades onde estão as Promotorias de Justiça.....	22
Quadro 4.1 – Programa de Proteção dos Direitos Sociais e Individuais.....	24
Figura 4.2 – Processos devolvidos ao Judiciário com manifestação.....	25
Figura 4.3.1 – Distribuição dos gastos no Programa de Proteção dos Direitos Sociais e Individuais Indisponíveis.....	26
Tabela 4.3.2 – Alterações orçamentárias do Programa de Proteção dos Direitos Sociais e Individuais Indisponíveis.....	27
Quadro 4.4.1 – Incremento Positivo das atividades do Ministério Público.....	28
Quadro 4.4.2 – Implementação da Sala de Inteligência.....	29
Quadro 4.4.3 – Sistema de Avaliação e Orientação da Corregedoria-Geral.....	30
Tabela 4.4.3.1 – Atividades da Corregedoria-Geral do Ministério Público no ano de 2009.....	30
Quadro 4.4.4 - Assessoria técnica para subsidiar as atividades ministeriais de defesa sócio-jurídica dos direitos difusos e coletivos e os relativos às áreas criminal e da mulher.....	31
Tabela 4.4.4.1 – Atividades dos CAOP's no ano de 2009.....	32
Quadro 4.4.5 - Capacitação dos membros e servidores do Ministério Público.....	36
Gráfico 4.4.5.1 – Detalhamento de despesa.....	38
Quadro 4.4.6 – Combate às organizações criminosas.....	39
Quadro 4.4.7 - Incremento do programa de redução de processos pendentes acumulados.....	40
Quadro 5.1 – Modernização e Desenvolvimento Institucional do Ministério Público ....	42
Figura 5.3 – Distribuição dos gastos no Programa de Modernização e Desenvolvimento Institucional do Ministério Público.....	44
Tabela 5.3.1 – Alterações orçamentárias do Programa de Proteção dos Direitos Sociais e Individuais Indisponíveis.....	45
Quadro 5.4.1 - Ampliação da frota de veículos do Ministério Público.....	46
Quadro 5.4.2 - Construção das Promotorias do Ministério Público.....	47

Quadro 5.4.2.1 – Construção da Promotoria de Araguaína.....	47
Quadro 5.4.3 - Concessão de direitos a membros e servidores do Ministério Público. .	48
Quadro 5.4.4 - Concessão de direitos decorrentes de precatórios judiciais aos Servidores da Procuradoria-Geral de Justiça.....	49
Quadro 5.4.5 – Implementação da administração gerencial voltada a resultados.....	50
Quadro 5.4.5.1 – Etapas do Planejamento Estratégico do MPE-TO.....	51
Quadro 5.4.7 – Realização de Concurso Público para Servidores do Ministério Público.....	53
Quadro 6.1.1 – Indicadores do Programa de Apoio Administrativo.....	54
Figura 6.2 – Distribuição dos Gastos no Programa de Apoio Administrativo.....	56
Quadro 6.3.1 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais.....	56
Quadro 6.3.1.1 – Procedimentos Licitatórios, Dispensas, Inexigibilidades e Outros ....	57
Tabela 6.3.1.2 – Promotorias beneficiadas com reformas de 2007/2009.....	58
Figura 6.3.1.3 – Distribuição dos gastos na Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais.....	59
Quadro 6.3.2 - Manutenção dos Serviços de Transporte.....	59
Quadro 6.3.2.1 - Frota de veículos MPE-TO.....	60
Figura 6.3.2.2 – Distribuição dos gastos na ação Manutenção dos Serviços de Transporte.....	62
Quadro 6.3.3 - Manutenção de Recursos Humanos.....	62
Quadro 6.3.3.1 - Atendimentos Realizados .....	63
Quadro 6.3.3.2 – Detalhamento do Quadro de Pessoal.....	64
Quadro 6.3.3.3 - Resumo de membros e servidores do Ministério Público.....	66
Gráfico 6.3.3.4 - Representa a distribuição do quadro de pessoal.....	67
Quadro 6.3.3.5 – Limites de Gasto de Pessoal com a LRF.....	68
Quadro 6.3.4 - Ações de Informática.....	69
Tabela 6.3.4.1 – Atendimentos Operacionais.....	69
Tabela 6.3.4.2 – Equipamentos de Processamento de dados adquiridos em 2009.....	70
Quadro 6.3.4.3 – Sistemas que passaram por manutenção/afeição.....	71
Quadro 6.3.4.4 – Sistemas desenvolvidos em 2009.....	72
Quadro 6.3.4.5 – Banco de dados Atualizados.....	74
Quadro 6.3.4.6 – Sistemas iniciados em 2009, previsão de funcionamento em 2010.....	75
Quadro 7.1 – Situação dos Projetos.....	77

## APRESENTAÇÃO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, através deste Órgão de Cúpula Administrativo, apresenta Relatório de Gestão referente ao ano de 2009, atento não somente à obrigação legal de prestar contas, geralmente resumida a frialdade de relatórios e estatísticas, mas, também, à necessidade de levar a esta Corte de Contas as ações empreendidas, conquistas encetadas e, ainda, os empecilhos encontrados.

Neste propósito, cumpre mencionar o esforço realizado para consecução de uma gestão compartilhada e democrática, a fim de que os recursos públicos fossem aplicados conforme planejamento delineado no Plano Plurianual 2008/2011, tornando realidade os programas e as ações assim previstos.

Importa registrar que as dificuldades encontradas no cumprimento de algumas metas previstas no PPA – 2008/2011, em sua primeira revisão, no ano de 2009, foram superadas, como mostram o alcance das metas finais de algumas ações, como: implementação da sala de inteligência, incremento da redução de processos pendentes e implantação de sistemas de controle e avaliação da Corregedoria.

Vale consignar que buscando um exercício positivo para o ano de 2010, fizeram-se necessárias adequações estratégicas do Plano Plurianual que, inclusive, foram aprovadas através da Lei nº 2.250, de 07 de dezembro de 2009, devidamente detalhadas neste relatório.

De forma didática, o presente documento foi estruturado da seguinte forma: **1** - Identificação, **2** - Resumo das principais realizações, **3** - Estratégia, competência, atribuição e organização do MPE-TO, **4** - Programa de Proteção dos Direitos Sociais e Individuais Indisponíveis, **5** - Programa de Modernização e Desenvolvimento Institucional do Ministério Público, **6** - Programa de Apoio Administrativo, **7** - Situação dos Projetos e **8** - Considerações Finais.

Por derradeiro, necessário se faz reafirmar que este Ministério Público, através de uma atuação proba e participativa, procurou no exercício de 2009 trabalhar para responder aos anseios da sociedade tocantinense, principal destinatária de todos os nossos esforços.

Palmas, 17 de fevereiro de 2010.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça



## 1. - IDENTIFICAÇÃO

Quadro 1 – Dados identificadores da unidade

<b>Nome completo da unidade e sigla:</b>	PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA - PGJ
<b>Natureza jurídica:</b>	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
<b>Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial do Estado:</b>	LEI COMPLEMENTAR No 12/1996 (REVOGADA PELA LEI 51, DE 2 DE JANEIRO DE 2008) Publicado no Diário Oficial no 2.562
<b>CNPJ:</b>	01.786.078/0001-46
<b>Nome e código no SIAFEM:</b>	PGJ
<b>Código da Unidade Gestora:</b>	070100
<b>Endereço completo da sede:</b>	202 N CONJ. 03 AV. TEÔTONIO SEGURADO C/ AV. LO 04 – CEP 77.020-494
<b>Endereço da página institucional na internet:</b>	<a href="http://www.mp.to.gov.br">www.mp.to.gov.br</a>
<b>Função de governo predominante:</b>	Essencial à Justiça
<b>Tipo de atividade:</b>	Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis

## 2. - SINOPSE DAS REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO DE 2009

### I – PROTEÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS

**O** Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio da Promotoria do Consumidor, celebrou com a Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins um Termo de Ajustamento de Conduta onde a concessionária de serviço público se comprometeu a retirar o lacre amarelo dos hidrômetros e a implementar um sistema não-visual de diferenciação das ligações. O inquérito civil foi instaurado a partir de reclamação de usuários que se sentiram expostos a situações vexatórias por ser o lacre também utilizado para identificar os consumidores em atraso.

**P**ara ilustrar a capa dos 6 mil exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA distribuídos pelo Ministério Público aos Promotores de Justiça, Conselhos Tutelares e escolas da rede pública de ensino, foi realizado pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude – CAOPIJ concurso entre os filhos dos membros e servidores daquele com idade até 14 anos com premiação para os três primeiros colocados.

**A**tendida recomendação do Ministério Público às prefeituras de Nova Olinda, Aragominas e Araguaina, para que suspendessem o pagamento de pensões vitalícias às viúvas de dois vereadores, de um ex-secretário municipal e de um ex-prefeito ante a ausência de natureza previdenciária da lei ordinária que instituiu a pensão.

**C**umprimento integral da Resolução nº 20 do Conselho Nacional do Ministério Público que dispõe sobre o controle externo da atividade policial.

**R**ealizada, através de ações do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Consumidor – CAOP/Consumidor, operações de fiscalização em estabelecimentos comerciais em Palmas e na região norte do Estado com o principal objetivo de fiscalizar e orientar o cumprimento das leis sanitárias e consumeristas. Foram fiscalizados supermercados, açougues e panificadoras, sendo dadas orientações e sugestões quanto à importância e obrigatoriedade de cumprimento das normas legais quanto à procedência, à estocagem, ao armazenamento e à exposição dos produtos alimentícios, bem como, à higiene dos locais vistoriados e à utilização de equipamentos e vestuários adequados pelos manipuladores, culminando na apreensão de toneladas de alimentos e de mais de 10.000 artigos impróprios para o consumo humano.

**O** CAOP- Criminal realizou a 1ª Conferência Livre sobre Segurança Pública do Ministério Público como preparação para a Conferência Nacional de Segurança Pública – Conseg.

**L**ançamento, por meio do CAOPIJ, e articulado em âmbito nacional, a “Ação Estadual pelo Direito à Educação – Compromisso do MP” com o objetivo de garantir às crianças e adolescentes o direito à educação pública de qualidade com ênfase na defesa do acesso e no combate à evasão escolar, bem como, na fiscalização na aplicação de verbas públicas destinadas ao ensino, promovendo a realização de seminário para capacitação dos Promotores de Justiça com atribuição na área da infância e da juventude.

O terceiro setor não ficou de fora da atuação do Ministério Público. Foi realizado, por intermédio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAFA, um ciclo de estudos com palestras cujos temas foram: Fundações: controle social, velamento e responsabilidade de dirigentes, e Incentivos fiscais e tributários à captação de recursos para o terceiro setor.

Em preservação ao patrimônio público, o Ministério Público recomendou ao Secretário Municipal de Obras de Araguaína e à Companhia de Saneamento do Tocantins – Saneatins que fossem por esta refeitas as obras de recuperação asfáltica concluídas após a execução dos serviços de manutenção e/ou instalação da rede coletora de esgotos e que houvesse por aquele fiscalização da qualidade do material empregado e na realização do serviço.

Recomendação, e acatamento pelo Gestor do município de Muricilândia, para suspensão da realização de concurso público com o compromisso do Chefe do Executivo municipal em sanar as irregularidades apontadas pelo Órgão de Execução ministerial.

O Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Meio Ambiente – CAOMA realizou reuniões para interação e troca de experiências entre os Órgãos de Execução que atuam, ou já atuaram, em regiões impactadas por empreendimentos hidrelétricos traçando os limites de atuação do Ministério Público Estadual e as ações conjuntas entre as Promotorias de Justiça.

Participação no fórum de discussão sobre “Qualidade das águas no Estado do Tocantins – Proposição de Subprojetos” promovido pela Universidade Federal do Tocantins – UFT e pelo Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – IPEN, onde o representante ministerial proferiu palestras enfocando os impactos socioambientais causados pela construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado.

Participação na 1ª Conseg – Conferência Nacional de Segurança Pública, realizada em Agosto, onde se definiram 10 princípios e 40 diretrizes que servirão de base para a construção de uma política de segurança pública para o Brasil.

**Ê**xito no deferimento do pedido liminar, em sede de Ação Civil Pública, para determinar aos Órgãos do Executivo estadual e municipal de Gurupi que adequem os decibelímetros e não emitam alvarás e licenças para realização de eventos e festas públicas em locais que não tenham isolamento acústico, garantindo, assim, o sossego e a saúde pública.

**E**xpedida recomendação aos postos de combustível de Colinas do Tocantins referente à diferenciação de preços na venda de gasolina realizadas em dinheiro e no cartão de crédito.

**A**través da concessão de decisão liminar, proferida em sede de Ação Civil Pública, o Ministério Público logrou êxito em garantir, a uma criança conveniada ao plano de saúde, a continuidade de tratamento fonoaudiológico custeado por este, ainda que o número de sessões ultrapasse o limite estabelecido no contrato celebrado.

**M**ais de 20 Promotorias de Justiça, dentre as quais estão as que têm atribuição para atuar com a Lei Maria da Penha e com o seguro DPVAT, receberam equipamentos de informática e mobiliários novos adquiridos com recursos da própria Instituição e de convênios assinados com o Governo Federal.

**O** Ministério Público conta com representante junto ao Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas.

**C**oncedida medida liminar, por meio da atuação dos Órgãos de Execução do Ministério Público, a uma cidadã, autorização para realizar procedimento cirúrgico pelo Plano de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado – PLANSAÚDE, afastando a exigência do cumprimento do período de carência.

**R**ealizada audiência pública com representantes de diversas entidades estudantis e da sociedade civil, além dos representantes das entidades responsáveis pelo transporte público em Palmas, para esclarecimento e análise acerca do aumento do valor da tarifa para o transporte coletivo.

**D**esmantelada uma rede de tráfico de entorpecentes através da operação Porto da Pedra que, com a ajuda do GECOC nas interceptações telefônicas, culminou na apreensão de 21 pessoas, drogas e objetos utilizados na prática do crime, bem como a descoberta do envolvimento de policiais civis no tráfico de drogas.

**P**roposta Ação Civil Pública em desfavor do Prefeito de Xambioá pela prática de atos de improbidade administrativa ao afastar servidores por período maior que quatro anos, contratação ilegal de servidor e celebração de contrato sem licitação para coleta de lixo.

**C**omo o resultado da operação denominada “Face Oculta”, iniciada pela Delegacia Regional de Entorpecentes da Superintendência da Polícia Federal no Tocantins, o Ministério Público ofereceu denúncia em desfavor de oito acusados pela prática de tráfico de entorpecentes.

**R**epassados à Guarda Metropolitana de Palmas e ao Corpo de Bombeiros 05 (cinco) aparelhos de Geoprocessamento-GPS, provenientes de transação penal, destinados ao auxílio no registro e mapeamento dos focos de incêndios urbanos e rurais em Palmas.

**E**m parceria com a Controladoria Geral da União no Tocantins, foi realizado evento para discussão do tema “O que você tem a ver com a corrupção?” com a premiação dos vencedores do 3º Concurso Nacional de Redação e Desenho.

**O** Colégio de Procuradores de Justiça – CPJ criou o Grupo de Atuação Especial na Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa – GAEPF que atuará, em parceria com o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e a Diretoria de Inteligência, na repressão de atos que impliquem a violação do patrimônio público.

**C**riado pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Meio Ambiente – CAOMA o Projeto Intersetorial de Educação Ambiental que, em parceria com instituições que atuam na área de execução das políticas educacionais, visa fomentar e acompanhar das políticas públicas relacionadas à educação ambiental.

**A** Corregedoria realizou visitas correcionais às Promotorias de Justiça verificando a realidade de cada comarca e da atuação dos Órgãos de Execução do Ministério Público.

**G**arantida, por meio da concessão de medida liminar pelo Poder Judiciário, a assistência jurídica gratuita prestada pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins aos habitantes da comarca de Itacajá.

**C**om as informações colhidas, foram fixados os indicadores que, validado o mapa estratégico pelo Colégio de Procuradores de Justiça, traduzem numericamente os objetivos e servem para mensurar se a Instituição está caminhando ao encontro destes.

**P**ropostas Representações Eleitorais por Captação e Gastos Ilícitos de recursos para campanha eleitoral.

**C**om o intuito de instruir, formar e estruturar os Conselhos Tutelares de alguns municípios, foram realizadas audiências públicas com o apoio logístico do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e da Juventude.

**C**elebrado acordo com o Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria de Direito Econômico, para cooperação técnica e operacional em defesa da ordem econômica a fim de imprimir maior agilidade e efetividade às ações de repressão às práticas de cartel no Estado.

**O** Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Meio Ambiente formulou, e iniciou a execução do Projeto Intersetorial de Educação Ambiental nos municípios piloto no Estado do Tocantins, visando fomentar e acompanhar a efetivação das políticas públicas estaduais relacionadas à educação ambiental.

**R**ealizada força tarefa pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Consumidor – CAOP-Consumidor em todo o Estado para fiscalização de postos de combustível.

**F**irmado Termo de Cooperação com a Universidade Federal do Tocantins – UFT para utilização do laboratório de análises da qualidade da água desta com o fim de auxiliar os Órgão de Execução com atuação na área ambiental.

## **II – MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**



**F**irmada parceria com a Procuradoria-Geral do Estado para o desenvolvimento de projetos voltados ao aprimoramento funcional de membros e servidores das duas instituições.

**O** Ministério Público, através do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e da Juventude, integra o Comitê Gestor da Escola de Conselhos que tem a função de implementar, com recursos do Governo Federal, o projeto no Estado do Tocantins capacitando e preparando os conselheiros para o exercício efetivo de suas funções.

**I**mplantada a Ouvidoria, órgão auxiliar com o objetivo de receber e analisar denúncias, reclamações, críticas e sugestões formuladas pelo cidadão sobre as atividades realizadas pelos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins.

**E**ngajado na realização do Planejamento Estratégico, o Ministério Público realizou três audiências públicas no Estado com o objetivo de identificar a percepção e a expectativa da sociedade em relação a sua atuação, sendo apresentadas, pela comunidade, ideias e sugestões de ações práticas para melhorar o trabalho ministerial.

**A**pos coletar essas informações, realizou um workshop para alinhar as informações a fim de construir o mapa estratégico, definir objetivos e estabelecer meta para a execução das ações a começar em fevereiro de 2010.

**A**ssinado, junto com Tribunal de Contas do Estado, o protocolo de implantação da Rede de Controle da Administração Pública que terá como atribuição articular ações contra desvios de dinheiro público e fortalecer o combate à corrupção.

**P**ago aos Membros a diferença proveniente da conversão da Unidade Real de Valor em Real.

**I**mplantado no âmbito do Ministério Público o Programa Gespública, criado pelo Ministério do Planejamento, que disponibiliza ferramentas e diretrizes para o poder público melhorar seus resultados e sua prestação de serviços ao cidadão através de uma gestão planejada e eficiente. Para execução do programa, foi criado o Comitê Gestor composto por servidores e membros da Instituição.

**A** Procuradoria-Geral de Justiça recebeu, por doação, dois lotes no município de Porto Nacional doados pela INVESTCO – Concessionária da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães.

### **III – APOIO ADMINISTRATIVO**

**C**riado e regulamentado o Programa de Serviço Voluntário no Ministério Público.

**C**umprimento à decisão judicial proferida em Mandado de Segurança que determinou o pagamento de verbas salariais a servidores da Instituição.

**D**oadado ao Ministério Público do Estado do Tocantins, pela Prefeitura de Minanorte, um lote para construção da sede da Promotoria de Justiça.

**I**nauguradas as Promotorias de Justiça nas comarcas de Alvorada e Wanderlândia.

**O** CESAFA e a Procuradoria-Geral de Justiça promoveram um encontro para os servidores da Instituição.

**I**mplantado no Ministério Público o Programa de Estágio Extracurricular para os alunos do ensino superior.

**O** sistema de gestão de recebimento e saída de autos, utilizado pela Procuradoria-Geral de Justiça na Capital, denominado Arquimedes, começou a ser instalado nas Promotorias de Justiça do interior com o objetivo de agilizar a atuação ministerial, contribuindo na quantificação e tipificação dos documentos a benefício do cidadão.

**O** Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF – promoveu, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, ações de vacinação e triagem dos servidores para identificar os problemas e necessidades destes e de suas famílias.

**S**ervidores e Membros da Procuradoria-Geral de Justiça puderam participar de duas palestras que abordaram a doação de sangue e de medula óssea e sobre os malefícios do tabagismo, bem com puderam doar sangue na Unidade Móvel do Hemocentro.

**A**lteradas as Leis nº 1.651/05 e 1.652/05 criando 23 cargos e proporcionando reajuste salarial aos servidores efetivos e comissionados.

**E**m respeito ao princípio da publicidade e da eficiência, cumprindo determinação do Conselho Nacional do Ministério Público, foi implantado o Portal da Transparência que consiste em um canal *on line* de prestação de contas à sociedade, bem como de consulta, por esta, à execução orçamentária dos programas e ações da Instituição.

**D**oados equipamentos de informática e mobiliários em perfeito estado de conservação à Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, com o fim de equipar o Núcleo em Educação de Vigilância Sanitária.

### 3. - ESTRATÉGIA, COMPETÊNCIA, ATRIBUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO MPE-TO

#### 3.1 – Da Estratégia

Missão:

Ser reconhecido como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Visão:

Ser uma instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e no combate à corrupção e toda forma de criminalidade.

Valores:

- Confiável;	- Eficaz;	- Fiscal da Lei;	- Popular;
- Independente;	- Acessível;	- Humanizado;	- Transparente

#### 3.2 – Da Competência Legal

A Constituição da República Federativa do Brasil definiu que o Ministério Público dos Estados é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, CF), o que é reafirmado pela Constituição Estadual em seu artigo 49.

Em 02 de janeiro de 2008, entrou em vigor a Lei Complementar nº 51 que, além de instituir a Lei Orgânica do Ministério Público, definiu outras providências, revogando a LC nº 12/96.

O artigo 60, da LC nº 51/2008, definiu que as funções institucionais do Ministério Público do Estado do Tocantins são:

- promover, privativamente, a ação penal pública;
- zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nas Constituições Estadual e Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;
- promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- promover a ação de inconstitucionalidade ou de representação para fins de intervenção da União e do Estado, nos casos previstos na Constituição Estadual;
- expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los;
- exercer o controle externo da atividade policial;
- requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicando os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedadas a representação e a consultoria jurídica de entidades públicas; defender, judicialmente, os direitos e interesses das populações indígenas.

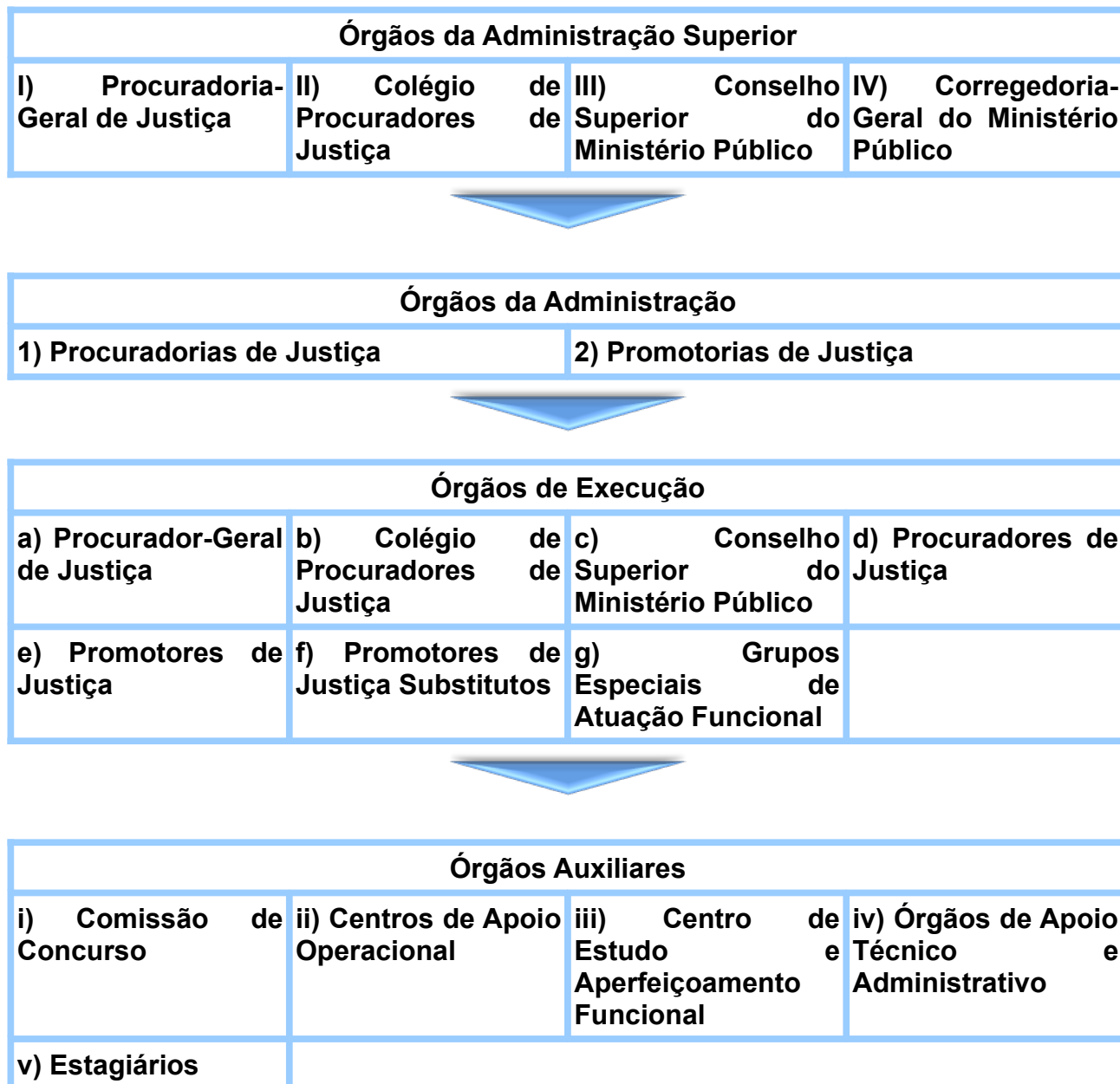
### **3.3 – Das Atribuições**

A função desempenhada pelos Membros do Ministério Público restou, devidamente, estabelecida pela LC 51/08 nos seguintes termos:

- Os Procuradores de Justiça terão suas atribuições junto aos Tribunais, além de outras estabelecidas pelo Colégio dos Procuradores de Justiça (art. 76);
- Os Promotores de Justiça e os Promotores de Justiça Substitutos exercerão suas atribuições junto ao órgão jurisdicional de primeira instância, e outras fixadas pelo Colégio

de Procuradores de Justiça (art. 77).

### 3.4 – Da Organização

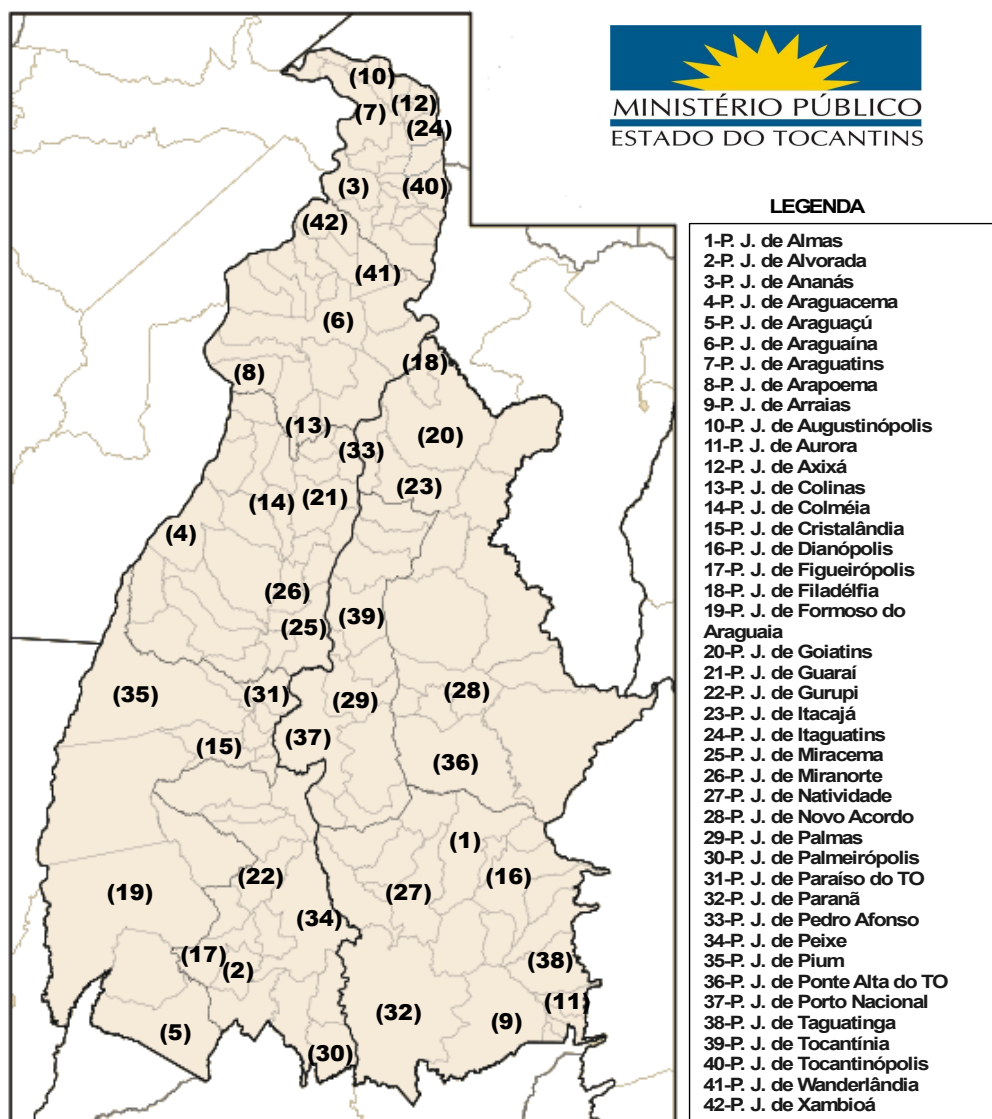


A Procuradoria-Geral de Justiça está sediada na Avenida Teotônio Segurado, em Palmas-TO, local onde também estão as instalações dos demais Órgãos da Administração Superior, das Procuradorias de Justiça e dos Órgãos Auxiliares, responsáveis pela manutenção e ampliação da infra-estrutura existente, bem como, pela prestação dos serviços de apoio aos Membros.

O mapa a seguir aponta as cidades que contam com Promotorias de Justiça do Estado do Tocantins:

Figura 3.4 – Mapa das cidades onde estão as Promotorias de Justiça

MAPA DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS



As Promotorias de Justiça, dependendo da movimentação e do volume de processos, podem ser divididas por áreas: Família, Criminal, Infância e Juventude, Meio Ambiente, Cível e Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

#### 4. - PROGRAMA 0046: Proteção dos Direitos Sociais e Individuais Indisponíveis

Quadro 4.1 – Programa de Proteção dos Direitos Sociais e Individuais

4.1 – APRESENTAÇÃO				
<b>Denominação:</b>	<b>PROTEÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS</b>			
<b>Objetivo</b>	Promover a celeridade na proteção efetiva da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.			
<b>Público-Alvo</b>	Sociedade tocantinense			
<b>Dotação Orçamentária</b>	<b>Inicial:</b> R\$ 1.485.270,00	<b>Autorizada:</b> R\$ 623.824,00		
4.2 - INDICADOR DO PROGRAMA				
Indicador	Unidade Medida	de	Meta 2010	Resultado 2009
<b>Ações de redução da criminalidade e proposição das medidas assecuratórias</b>	Unidade		100.000	89.412
<b>Rigorosa observância dos prazos processuais nas manifestações</b>	Percentual		45,00%	-
<b>Estudos e atividades de Apoio Operacional</b>	Unidade		28.800	7.225
<b>Correições realizadas</b>	Unidade		25	19
<b>Ações de Combate ao Crime Organizado</b>	Unidade		150	79
<b>Eventos Educativos de Combate à Criminalidade</b>	Unidade		88	62
<b>Horas de Capacitação por Integrante (Média)</b>	Horas/Integrante		15	12,56



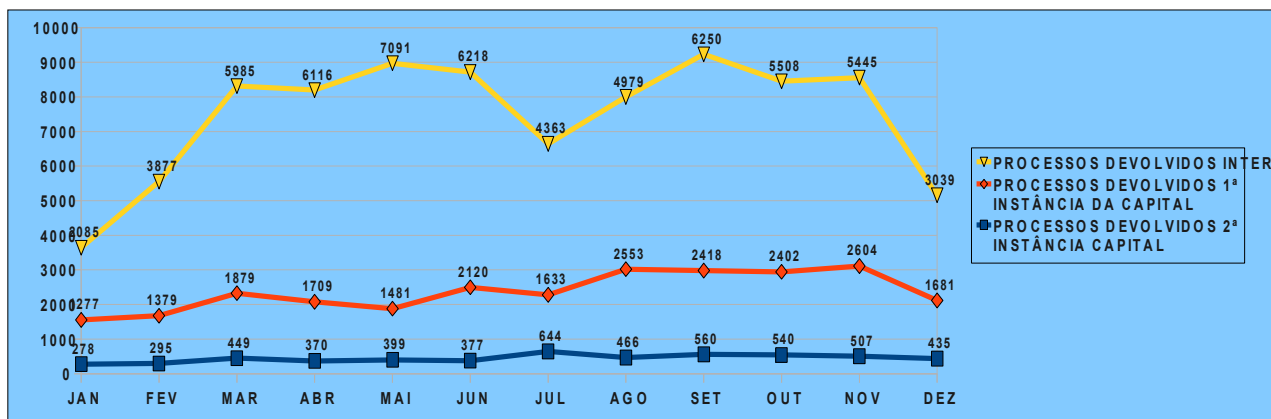
Além dos indicadores acima apresentados que revelam o desempenho dos Membros desta Instituição, cabe registrar as realizações da atividade-fim do Ministério Público no ano de 2009 das seguintes atividades:

- 19 (dezenove) Correições realizadas pela Corregedoria Geral do Ministério Público que resultaram em 39 (trinta e nove) processos administrativos instaurados;
- 79 (setenta e nove) operações executadas pelo Sistema de Monitoramento de Sinais – GUARDIÃO, sendo que 02 (duas) foram realizadas a pedido do Ministério Público do Estado de São Paulo, o que confirma a confiança e o respeito com o trabalho da Diretoria de Inteligência deste Órgão;

Participação em reuniões Integradas de Combate à Criminalidade e em ações conjuntas entre diversos Órgãos das esferas estadual e Federal, além de parcerias com a iniciativa privada.

Ainda como forma de evidenciar a importância do Programa de Proteção dos Direitos Sociais e Individuais Indisponíveis, apresentamos a seguir um gráfico que demonstra o volume de processos manifestados pelos Membros do Ministério Público:

Figura 4.2 – Processos devolvidos ao Judiciário com manifestação



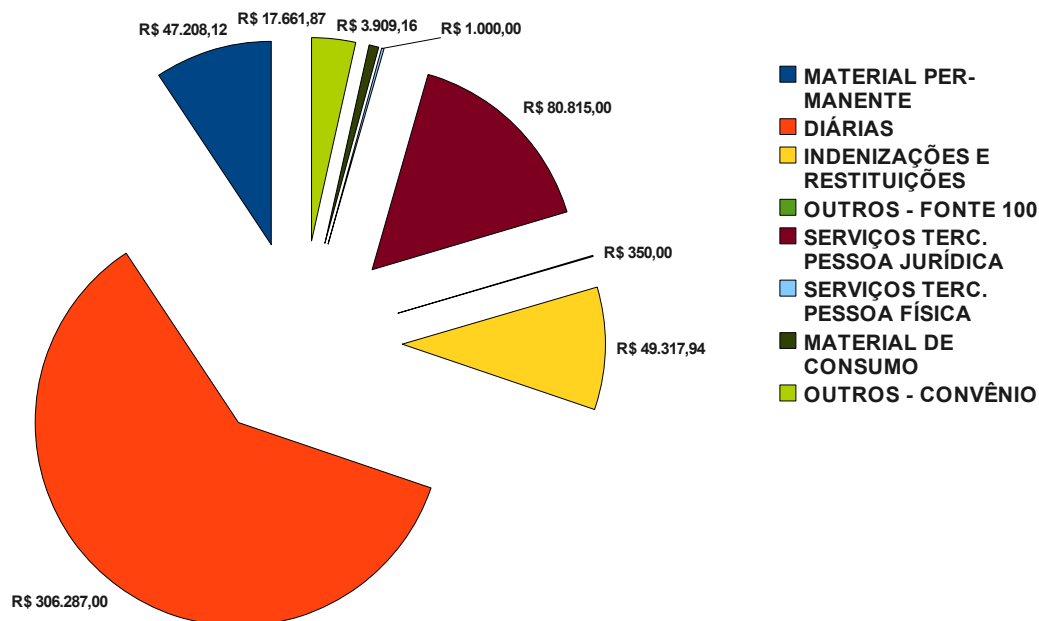
Fonte: RAF (Relatório de Atividade Funcional)

A assimetria demonstrada nos meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro ocorreu em função das férias dos Membros, recesso do Judiciário e comemorações natalinas, mesmo assim foi possível alcançar um número de 89.412 (oitenta e nove mil e

quatrocentos e doze) processos encaminhados ao Judiciário pelos 114 Membros deste MPE-TO, o que nos dá uma média de aproximadamente 784 (setecentos e oitenta e quatro) processos encaminhados por cada Membro ao Judiciário.

### 4.3 Resumo da Execução Orçamentária

Figura 4.3.1 – Distribuição dos gastos no Programa de Proteção dos Direitos Sociais e Individuais Indisponíveis



No tocante à execução orçamentário-financeira do Programa em tela, cumprenos informar que os referidos gastos serviram de insumos para a realização dos trabalhos da atividade-fim dos Membros e Servidores do MPE-TO, efetuado através do pagamento de novos equipamentos e mobiliários, do custeio dos deslocamentos de Membros e Servidores.

Extrai-se da figura acima os gastos com serviços de terceiros – pessoas jurídicas subsidiaram capacitações realizadas pelos Membros e Servidores do Órgão, bem como, custos com a realização do Planejamento Estratégico de Longo Prazo desta Instituição (2010-2018), executado pela empresa 3GEN, cuja experiência em ações do tipo tem como referência diversas instituições de renome nacional, como: Ministério Públicos dos Estados do Paraná, Rio de Janeiro, SEBRAE, entre outras.

Por derradeiro, cabe ressaltar que o Programa de Proteção dos Direitos Sociais

e Individuais Indisponíveis sofreu grande contingenciamento em virtude da crise mundial, cujos reflexos foram concretamente sentidos neste Estado, e, ainda, pelos altos valores pagos por este *Parquet* aos direitos judicialmente reconhecidos de membros e servidores.

A propósito, vejamos a tabela a seguir:

Tabela 4.3.2 – Alterações orçamentárias do Programa de Proteção dos Direitos Sociais e Individuais Indisponíveis

<b>AÇÕES</b>	<b>ORÇAMENTO INICIAL</b>	<b>ALTERAÇÕES</b>	<b>PERCENTUAL</b>
IMPLEMENTAÇÃO DA SALA DE INTELIGÊNCIA	196.960,00	-191.486,00	-0,97
INCREMENTO DO PROGRAMA REDUÇÃO DE PROCESSOS PENDENTES	18.000,00	-6.796,00	-0,38
INCREMENTO POSITIVO DA CELERIDADE DAS ATIVIDADES	537.700,00	-295.265,00	-0,55
COMBATE AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	31.000,00	2.500,00	0,08
ASSESSORIA TEC.P/SUBS.AS ATIV.MIN.DE DEF.SOC.	466.110,00	-378.222,00	-0,81
CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS E SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO	208.000,00	15.823,00	0,08
SISTEMA DE AVALIAÇÃO E ORIENTAÇÃO DA CORREGEDORIA	27.500,00	-8.000,00	-0,29
<b>TOTAL DO PROGRAMA</b>	<b>1.485.270,00</b>	<b>-861.446,00</b>	<b>-0,58</b>

Pode-se observar que, apesar do grande corte orçamentário efetuado no programa em análise, o efeito sobre as ações do Órgão foi minimizado pela implantação de novas metodologias de trabalho, bem como, pelo zelo com os gastos.

#### **4.4 – Ações**

##### **4.4.1 – Ação 2186: Incremento positivo da celeridade das atividades do Ministério Público**

Quadro 4.4.1 - Incremento positivo da celeridade das atividades do Ministério Público

<b>Título</b>	<b>2186 - Incremento positivo da celeridade das atividades do Ministério Público</b>			
<b>Descrição:</b>	A dinâmica de desenvolvimento desta atividade acontece, basicamente, pelo deslocamento de membros p/ manifestação em procedimentos e processos e realização de audiências, bem como pelo deslocamento de membros e servidores p/ cumprir os programas de atendimento aos distritos judiciais, priorizando as atividades ministeriais que reduzam o tempo neutro, o tempo de eficiência e aumento das probabilidades de solução dos casos ou de êxito processual.			
<b>Meta Física</b>				
<b>Produto</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Planejado (A)</b>	<b>Executado (B)</b>	<b>% (B/A)=C</b>
Tempo processual reduzido	Porcentagem	70	-	-
<b>Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )</b>				
<b>Dotação inicial (A)</b>	<b>Dotação autorizada (B)</b>	<b>Empenhado (C)</b>	<b>Liquidado (D)</b>	<b>%(C/B)= E</b>
537.700,00	242.435,00	233.291,89	231.712,34	96,23%

Apesar dos grandes avanços gerenciais e da necessidade de uma ação para a execução da principal atividade do Ministério Público do Estado do Tocantins, a ação em tela mostrou-se incapaz de ter mensurada sua meta física e isto, na revisão do Plano Plurianual, determinou a adoção de uma nova ação, denominada “Defesa do interesse público no processo judiciário” que será avaliada pelo número de ações executadas pelos Membros deste Órgão. Lei nº 2.250, de 07 de dezembro de 2009.

Cumprir informar também que os recursos desta ação, no decorrer do exercício referente ao presente relatório, foram utilizados para (1) custear os deslocamentos de Membros e Servidores no desempenho de suas atribuições fora do domicílio, (2) aquisição de equipamentos, (3) mobiliários e outros, cumprindo o papel a que fora programada a ação. Apesar de não ser possível mensurar a meta física da ação, podemos claramente perceber que o número de ações executadas pelos Membros do

Ministério Público é possível sim concluir que nossas metas foram alcançadas com sucesso.

#### 4.4.2 – Ação 1127: Implementação da sala de inteligência

Quadro 4.4.2 - Implementação da sala de inteligência

<b>Título</b>	<b>1127 - Implementação da sala de inteligência</b>			
Descrição:	Esta ação ocorrerá com a aquisição de softwares e hardwares necessários para a implementação da sala de inteligência e a elaboração e apresentação à Assembléia Legislativa de projeto de lei de estruturação dos órgãos, cargos e funções da sala de inteligência; assinatura de convênio com outras instituições com o fim de implementar o funcionamento da sala de inteligência.			
<b>Meta Física</b>				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Estruturação da sala de inteligência implementado	Porcentagem	70	100	100%
<b>Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )</b>				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
196.960,00	5.474,00	5.474,00	5.474,00	100,00%

O baixo volume de recursos investidos e a conclusão da sua meta física demonstram que a sala de inteligência, atualmente Diretoria de Inteligência, fora completamente implementada, estando em pleno funcionamento como mostram o número elevado de ações desempenhadas por aquela Diretoria.

Necessário registrar a implementação trouxe a necessidade contínua de recursos e materiais para manutenção da Diretoria de Inteligência, assim a presente ação foi substituída pela ação “Manutenção da Sala de Inteligência”.

#### 4.4.3 – Ação 2195: Sistema de avaliação e orientação da Corregedoria

Quadro 4.4.3 - Sistema de avaliação e orientação da Corregedoria-Geral

<b>Título</b>		<b>2195 - Sistema de avaliação e orientação da Corregedoria</b>		
<b>Descrição:</b>		Deslocamento do corregedor-geral e servidores da Corregedoria para realizarem correições, inspeções, atos pertinentes a processos disciplinares, avaliações de estágio probatório e de metas de desempenho das atividades e deveres funcionais do ministério público, bem como para o cadastro dos dados das avaliações; elaborar relatório de vitaliciamento; apurar infrações disciplinares.		
<b>Meta Física</b>				
<b>Produto</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Planejado (A)</b>	<b>Executado (B)</b>	<b>% (B/A)=C</b>
Avaliação realizada	Porcentagem	90	100	100%
<b>Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )</b>				
<b>Dotação inicial (A)</b>	<b>Dotação autorizada (B)</b>	<b>Empenhado (C)</b>	<b>Liquidado (D)</b>	<b>%(C/B)= E</b>
27.500,00	19.500,00	18.025,00	18.025,00	92,44%

Os recursos investidos na ação constante do quadro acima foram suficientes para o deslocamento do Corregedor-Geral e Servidores deste Órgão Superior no decorrer do ano de 2009 para o desempenho das seguintes atividades:

Tabela 4.4.3.1 – Atividades da Corregedoria-Geral do Ministério Público no ano de 2009

<b>Descrição das atividades</b>	<b>Quantidade</b>
Correições	19
Avaliações de Estágio de Membros	17
Ofícios expedidos	196
Memorandos expedidos	166
Comunicações oficiais aos Membros (por ausência da comarca, por pedido de retorno à comarca, por férias, por indicações eleitorais, etc)	467
Processos administrativos instaurados	39

Processos administrativos arquivados	29
<b>Total de atividades</b>	<b>933</b>

Revela-se um avanço a melhoria na captação dos dados através do RAF – Relatório de Atividade Funcional, contudo o sistema está sendo melhorado continuamente, cumprindo as determinações do Conselho Superior do Ministério Público. Além do que a reestruturação com a criação de novos cargos contribuíram para dar maior rigidez contra os Membros que deixaram de prestar as informações exigidas no tempo hábil.

Por vez, cumpre apontar como dificuldades encontradas: **1** - Deficiência no suporte técnico ao RAF, por parte do Departamento de Tecnologia da Informação, e ainda, **2** - A falta de equipamentos com mobilidade ampla, tais como: notebook, impressoras móveis e outros.

Para adequar a presente ação à proposta do planejamento Estratégico deste Órgão restou alterada a sua denominação para “Manutenção da Corregedoria-Geral do Ministério Público”, passando a ser mensurada pelo número de ações executadas pelo Órgão Correicional.

**4.4.4 – Ação 2189: Assessoria técnica para subsidiar as atividades ministeriais de defesa sócio-jurídica dos diretos difusos e coletivos e os relativos às áreas criminal e de proteção à mulher**

Quadro 4.4.4 - Assessoria técnica para subsidiar as atividades ministeriais de defesa sócio-jurídica dos diretos difusos e coletivos e os relativos às áreas criminal e da mulher

<b>Título</b>	<b>2189 - Assessoria técnica para subsidiar as atividades ministeriais de defesa sócio-jurídica dos diretos difusos e coletivos e os relativos às áreas criminal e da mulher</b>
<b>Descrição:</b>	O desenvolvimento desta ação se processará através do suporte técnico-jurídico aos promotores de justiça com atuação nas áreas criminal, proteção à mulher e dos direitos difusos e coletivos. Os centros de apoio operacional, assim denominados formalmente, ao serem demandados pelos promotores de justiça, disponibilizam as devidas informações, realizam vistorias <i>in loco</i> , peças e modelos processuais, e, dentro dos limites de suas atribuições, promovem outras atividades que poderão contribuir para a agilidade e eficiência do promotor de justiça na sua atuação processual.

<b>Meta Física</b>				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Processo concluído	Porcentagem	100	100	100%
<b>Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )</b>				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
466.110,00	87.888,00	84.066,26	84.066,26	95,65

A ação que está demonstrada no quadro acima visa o apoio operacional aos Membros no exercício de suas atividades-fim, afigurando-se fundamental para o alcance à consecução das atividades dos Órgãos de Execução. Por este motivo foram utilizados recursos para o deslocamento de servidores, aquisição de material permanente e outras indenizações.

Pode-se destacar o elevado número de atividades desempenhadas pelos Centros de Apoio Operacional – CAOP's, conforme tabela a seguir:

Tabela 4.4.4.1 – Atividades dos CAOP's no ano de 2009

<b>NOME DO ÓRGÃO</b>	<b>QUANTIDADE DE ATIVIDADES DESEMPENHADAS</b>
CAOP DO MEIO AMBIENTE - CAOMA	977
CAOP DOS DIREITOS HUMANOS	176
CAOP DA CIDADANIA	319
CAOP DO CONSUMIDOR	1426
CAOP DA MULHER	254
CAOP CRIMINAL	3503
CAOP DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	570
<b>TOTAL DE ATIVIDADES</b>	<b>7225</b>



Importa mencionar que apesar do número alto de atividades desempenhadas, se faz necessária melhor captação e armazenamento das informações das atividades dos CAOP's, haja vista a dificuldade na emissão de relatórios que certamente poderiam ampliar o número de atividades desempenhadas.

A seguir, elencamos as ações de maior relevância desempenhadas pelos Centros de Apoio Operacional:

---

### **CAOP DO MEIO AMBIENTE**

---

- Participação em 25 (vinte e cinco) reuniões dos empreendimentos hidroelétricos da UHE Peixe/São Salvador e UHE Estreito.
- Vistoria de Lixão e Aterro Sanitário nas cidades de: Araguanã, Babaçulância, Bom Jesus, Caseara, Figueirópolis, Lavandeira, Pedro Afonso, Ponte Alta do Tocantins, Santa Maria e Tupirama.
- Vistoria da situação do Capim Dourado na cidade de Mateiros.
- 02 (dois) pareceres de Linhas de Transmissão da Celtins.
- Parecer da Ciclovia de Palmas.
- Parecer e Vistoria do Hipermercado Atacadão – Grupo Carrefour .
- Parecer da Ilha de Porto Real, em Porto Nacional.
- Parecer do Projeto Eficiência Energética Cerâmica Santa Maria.
- Participação no Seminário Internacional de Meio Ambiente e no 7º Fórum do Lago.
- Participação no Congresso Latino Americano de Ministérios Públicos Ambientais.
- Realização do Projeto Nego D'água, parceria com a TNC, GAIA e FACTO.
- Participação na Elaboração do Planejamento Estratégico do MPE/TO.
- Realização dos Projetos: Intersetorial de Educação Ambiental, de Análise da Água, parceira com a UFT e FAPTO, e do RECICLAMP, parceria com a COOPERAN.

---

### **CAOP DOS DIREITOS HUMANOS**

---

- Realização da Campanha da Acessibilidade, com palestras, campanha educativa em TV's e Rádios e encaminhamento de folders e informativos para órgãos como Assembleia Legislativa, Secretarias Estaduais e Municipais, Escolas e Conselhos.
  - Participação no I Encontro sobre Participação e controle Social das Políticas Públicas de Atenção à Pessoa com Deficiência.
  - Participação no Fórum dos Conselhos Estaduais.
  - Encaminhamento de servidores para compor o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CEDDH/TO.
  - Participação das reuniões do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
-

- 
- Participação na Elaboração do Planejamento Estratégico do MPE/TO.
- 

### **CAOP DA CIDADANIA**

---

- Levantamento perante a FUNASA de dados de aplicação irregular ou da inércia, quanto aos valores repassados aos municípios.
  - Divulgação das informações sobre as mudanças nos serviços de Atenção Obstétrica e Neonatal feita pela ANVISA.
  - Levantamento da Atenção do Estado aos Deficientes Mentais.
  - Levantamento da situação epidemiológica da Dengue.
  - Encaminhamento de denúncias referentes as condições de trabalho de Policiais Militares.
  - Orientação sobre o piso salarial do magistério.
  - Participação no I Seminário dos Secretários Municipais de Saúde.
  - Levantamento da situação epidemiológica da Hanseníase.
  - Participação na reunião da CIB e no AcolheSUS, evento promovido pela SESAU/TO.
  - Envio de cartilhas de orientação aos Promotores de Justiça.
- 

### **CAOP DA MULHER**

---

- Conclusão de convênio com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com entrega de equipamentos e livros a 12 (doze) Promotorias de 3ª Entrância.
  - Assinatura de parceria para viabilizar a realização de exame de DNA a baixo custo.
  - Participação em discussões nacionais sobre o respeito à mulher e a Lei Maria da Penha.
  - Realização de reuniões com os Promotores de Justiça.
  - Contínua disponibilidade de dados técnicos para ações dos Promotores
- 

### **CAOP CRIMINAL**

---

- Recadastramento de Membros junto ao INFOSEG.
  - Encaminhamento aos Promotores de manual de controle externo da atividade policial, informativos, cartilha de combate a criminalidade, entre outros.
  - Assinatura de Convênio de repasse de informações junto à Receita Federal, ao Detran/TO e a CELTINS.
  - Participação na 1ª Conferência Estadual de Segurança Pública, com assessoria e confecção da ata.
  - Envio de recomendação ao Secretário de Segurança Pública para manter Delegado nos plantões.
  - Envio de modelos aos Promotores de Justiça.
  - Reunião com o Chefe do SIOP e o Departamento de Tecnologia da Informação deste Órgão.
  - Participação na Reunião da União Nacional dos Centros de Apoio Criminais.
-

- 
- Participação na Reunião da Associação Nacional do Ministério Público.
  - Participação no Congresso Nacional da ENACC – Estratégia Nacional de Combate a Cartéis.
  - Pesquisa sobre alterações na legislação penal.
- 

### **CAOP DA INFÂNCIA E JUVENTUDE**

---

- Elaboração de protocolo de intenções pela Infância e Adolescência com a apresentação e aprovação do Plano de Metas da área.
- Realização de Reunião junto ao Fórum Permanente para Organização da Educação Municipal do Tocantins – FPOEM-TO.
- Elaboração do Diagnóstico da Educação no Tocantins com foco nos Conselhos Municipais de Educação.
- Estruturação da Ação Estadual pelo Direito à Educação – Compromisso do MPE/TO.
- Estruturação da Ação Estadual pelo Direito à Educação – Compromisso do MPE/TO.
- Planejamento de Audiências Públicas para as 42 (quarenta e duas) Comarcas que atuam na área da Infância e da Juventude sobre Direito à Educação.
- Participação na 1ª Reunião Ordinária Anual do Grupo Nacional de Direitos Humanos, Brasília-DF.
- Participação no projeto social “Palmas para cidadania” que conta com a parceria do MP-Infraero em Palmas-TO.
- Participação na Conferência Nacional de Educação do Tocantins - Etapa Intermunicipal - MEC – Palmas-TO.
- Participação no Seminário “O Ministério Público e o MEC”.
- Formação e capacitação dos conselheiros tutelares e demais integrantes do Sistema de Garantias de Direito.
- Participação na elaboração do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo.
- Realização de Palestra - “Adolescência, Vulnerabilidade e Gênero” em Porto Nacional.
- Publicação de 6.000 (seis mil) exemplares do ECA.
- Representação do Ministério Público na VII Conferência Estadual da Criança e do Adolescente.
- Apoio ao evento de Lançamento do “Selo UNICEF – Município Aprovado” em Palmas-TO.
- Execução do Projeto “Tecendo a Paz I”.
- Participação no II Seminário do Disque Denúncia Nacional.
- Participação na reunião de Trabalho do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes em Brasília-DF.

### **CAOP DO CONSUMIDOR**

---

- Articulação, organização e coordenação da Força-tarefa Pró-Consumidor.

- 194 (cento e noventa e quatro) estabelecimentos visitados.
  - 31 (trinta e um) procedimentos policiais.
  - 162 (cento e sessenta e duas) bombas de combustíveis fiscalizadas.
- 
- O coordenador do CAOP do Consumidor, a convite da Anvisa, ministrou palestras acerca dos trabalhos conjuntos desenvolvidos pelo Ministério Público e a Vigilância Sanitária.
- 

Nesta ação, também para fins de adequação a nova proposta da instituição e aos preceitos do Planejamento Estratégico do órgão, foi alterada a nomenclatura para “Realização das Atividades dos Centros de Apoio Operacional”.

#### 4.4.5 – Ação 2194: Capacitação dos membros e servidores do Ministério Público

Quadro 4.4.5 - Capacitação dos membros e servidores do Ministério Público

<b>2194 - Capacitação dos membros e servidores do Ministério Público</b>				
Descrição:	Esta ação será desencadeada com a implantação de um portal virtual, utilizando-se o sistema de gerenciamento de cursos – sgc; aquisição de vídeos-aula; contratação de professores/consultores que ministrarão módulos de capacitação para membros e servidores. Nesta ação contempla-se o pagamento de bolsa de estudos aos servidores.			
<b>Meta Física</b>				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Servidores capacitados	Porcentagem	70		
<b>Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )</b>				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
208.000,00	223.823,00	160.380,47	160.380,47	71,65

O Departamento de Recursos Humanos, juntamente com o CESAFA – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional vem implementando programas de qualificação e desenvolvimento voltados à valorização das pessoas e melhorias nas relações de trabalho.

Para 2009, a prioridade foi realizar ações voltadas para a competência gerencial e aprendizagem de novas técnicas em virtude do avanço na tecnologia e mudanças no mundo do trabalho. Por meio de cursos, palestras e eventos, pretendeu-se assegurar aos servidores oportunidades de reconhecimento e participação, oportunidades de desenvolvimento e de realização profissional. Buscou-se a elevação da moral, espírito de equipe, ambiente de trabalho agradável e aperfeiçoamento das relações pessoais e interpessoais.

Destaca-se, ainda, a capacitação e o desenvolvimento voltados ao enfoque estratégico, uma vez que, frente aos diversos cenários, o planejamento e a organização convergem à gestão, por competência, orientada para resultados.

Evidenciando a execução dessa ação, nesse exercício, foram investidos recursos na monta de R\$ 160.380,00, aplicados na capacitação de 289 servidores. Em conclusão, registramos as capacitações realizadas.

---

### Eventos

---

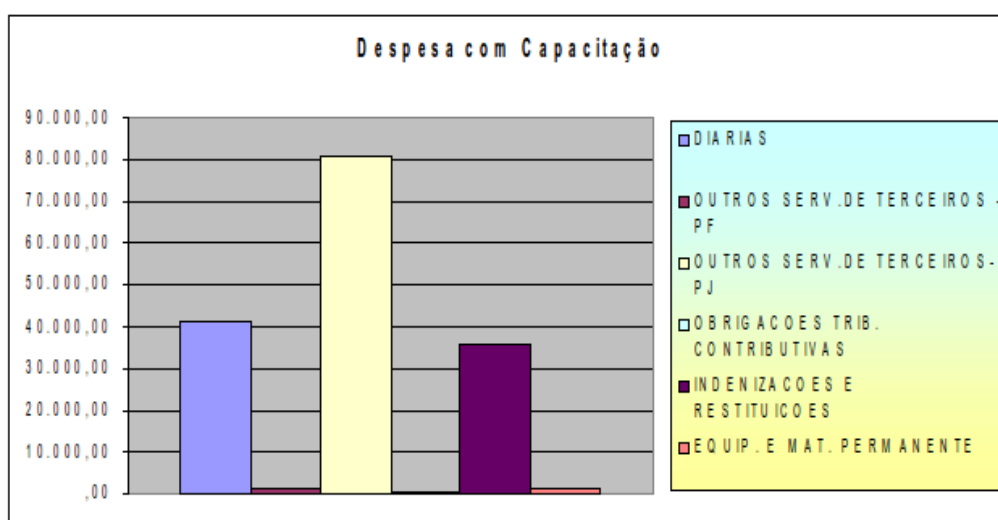
- Contabilidade Pública – SECAD/EGOVE-TO;
  - I Encontro de Controle Interno dos MPE's – MPE-GO;
  - Prestação de Contas de Ordenador de Despesas – CGE/TCE;
  - Novo Acordo Ortográfico – CESAFA;
  - Orçamento Público – SECAD/EGOVE-TO;
  - Seminário: Prevenção e Combate à Corrupção – UFT/TCE/CGU-TO
  - Seminário: Diálogo Público – TCE-TO;
  - Sistema de Compras – SECAD/EGOVE-TO;
  - Seminário Regional em Busca da Excelência – FNQ/MPE-TO;
  - Estágio de Operações de Inteligência – RJ;
  - Estágio de Análise Eletrônica de Evidência – DF;
  - Capacitação e Treinamento de Ações de Inteligência – ABIN/TO;
  - I Congresso Latino-Americano do Ministério Público Ambiental – ABRAMPA -Bonito-MS;
-

- Capacitação e Aperfeiçoamento de Pregoeiros com Abordagem Prática – SP;
- Associação Brasileira de Eng. Sanit e Ambiental – Palmas-TO;
- Soc. Espec. Latino-Americano em Sensoriamento Remoto Selper Brasil;
- Balanced Scorecard -BSC -Brasília-DF;
- Excel Avançado-SECAD/EGOVE-TO;
- Redação Oficial-SECAD/EGOVE-TO;
- Responsabilidade Fiscal-SECAD/EGOVE-TO;
- Desenvolvimento da Escrita-SECAD/EGOVE-TO;
- BR-OFFICE – SENAI-TO;
- Administração de Sistemas Linux à Distância;
- Planejamento e Gestão Estratégica Integrada para o novo modelo de Administração Pública-ESAFI-Recife-PE
- Elaboração de Termos de Referência e Editais para Aquisição de Bens-SECAD-EGOVE-TO;
- Descrição de Processos e Desenho de Fluxograma-SECAD-EGOVE-TO;
- Direito Administrativo-SECAD-EGOVE-TO;
- Elaboração de Projetos para Captação de Recursos-SECAD-EGOVE-TO;
- Bancos de Dados Geográficos;
- Formação de brigadistas – Corpo de Bombeiro-Palmas-TO;

Fonte: Departamento de Recursos Humanos.

Em 2009, foram aplicados cerca de R\$ 160.380,00, em treinamento, incluindo inscrições, diárias e passagens, para a participação dos servidores em cursos, seminários e palestras, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 4.4.5.1 – Detalhamento de despesa



#### 4.4.6 – Ação 2187: Combate às organizações criminosas

Quadro 4.4.6 – Combate às organizações criminosas

<b>Título</b>	<b>2187 – Combate às organizações criminosas</b>			
Descrição:	Esta ação será implementada com deslocamentos a outras comarcas da equipe do GECOC, composta de membros, delegados, policiais e servidores, para atuação em investigações relativas a organizações criminosas.			
<b>Meta Física</b>				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Ações de Combate ao crime organizado	Unidade	-	79	-
<b>Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )</b>				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
31.000,00	33.500,00	30.962,00	30.962,00	92,42

No ano de 2009, houve grande avanço na atuação do Grupo Especial de Combate as Organizações Criminosas – GECOC, em conjunto com a Diretoria de Inteligência, contabilizando-se a promoção de 79 (setenta e nove) ações de combate ao crime organizado no Estado do Tocantins, além de parcerias com outros Órgãos e Grupos Especiais de mesma natureza de outros Estados e Esfera Federal.

Dentre as atividades desenvolvidas, as apresentadas a seguir tiveram maior destaque:

- Ações de crimes contra a fé pública, em desfavor do Banco Matone e outros, que culminaram na instauração de 32 (trinta e dois) inquéritos policiais.
- Ações contra os responsáveis por fraudes de Veículos FINAN no Estado do Tocantins.
- Ações contra crimes de pedofilia e corrupção de menores.
- Ações de combate ao tráfico de drogas em diversas cidades;
- Ação contra Servidores Públicos Estaduais por crime de Prevaricação.

- Ação contra Policiais Civis por crimes de Tráfico de Drogas e Corrupção.
- Inquérito Policial instaurado por crime de Tortura.
- Investigação de crime contra Promotor de Justiça, na cidade de Tocantinópolis.
- Participação na 20ª e 21ª Reuniões Ordinárias do GNCOOC.
- Participação na 2ª Reunião Norte/Nordeste.
- Participação na 1ª Reunião das Instituições de Inteligência do Tocantins.
- Participação na 1ª reunião dos GCOC's dos Estados do TO, MA e PA.
- Realização de Reunião com a Secretaria de Direito Econômico.
- Realização de parcerias com os seguintes órgãos e entidades: Receita Federal do Brasil, Instituto de Identificação do Tocantins, Superintendência da PRF, Corpo de Bombeiros, Superintendência Regional do Trabalho, Comando da Polícia Militar, Secretaria da Fazenda, Secretaria da Segurança Pública, Tribunal de Contas, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco Bradesco, Saneatins, Agência Brasileira de Inteligência, GEPROC/PA, Secretaria Nacional de Justiça, Núcleo de Inteligência do MP/DFT, Polícia Federal, entre outros.

Quanto às dificuldades encontradas, podemos apontar:

- a falta de lei que regule as atividades do GECOC;
- falta de equipamentos de inteligência e contra-inteligência.

Com relação à ação “combate às organizações criminosas”, foram necessárias alterações em sua metodologia de mensuração, afim de passar a ser considerado um índice que realmente mostre o esforço da instituição nos trabalhos nesta ação.

#### **4.4.7 – Ação 1253: Incremento do programa de redução de processos pendentes acumulados**

Quadro 4.4.7 - Incremento do programa de redução de processos pendentes acumulados

<b>Título</b>	<b>1253 – Incremento do programa de redução de processos pendentes acumulados</b>
<b>Descrição:</b>	Deslocamento de servidores para buscar e devolver processos; aquisição de notebooks para servidores da Corregedoria, em função dos processos pendentes acumulados anteriores a 2008; racionalização das atividades ministeriais, visando reduzir o tempo nobre na resolução dos processos pendentes acumulados anteriores a 2008.



<b>Meta Física</b>				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Processo pendente acumulado	Percentual	100	100	100
<b>Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )</b>				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
18.000,00	11.204,00	8.703,90	8.703,90	77,68

Os recursos da presente ação foram utilizados para prover os equipamentos de informática necessários ao desenvolvimento das atividades dos servidores da Corregedoria-Geral do Ministério Público, quando em deslocamento.

Com as aquisições acima citadas, completou-se o objetivo da ação, encerrando-se como projeto deste Órgão, porém, dada a necessidade da Corregedoria, criou-se uma ação de “Manutenção da Corregedoria-Geral do Ministério Público”, a qual caberá prover as necessidades das ações do órgão correicional deste MPE-TO.

## 5 - PROGRAMA 0047: Modernização e Desenvolvimento Institucional do Ministério Público

Quadro 5.1 – Modernização e Desenvolvimento Institucional do Ministério Público

<b>5.1 – APRESENTAÇÃO</b>			
<b>DENOMINAÇÃO:</b>	<b>MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>		
<b>Objetivo</b>	Promover a modernização e o desenvolvimento organizacional do Ministério Público, visando atender com eficácia, eficiência e efetividade as demandas Institucionais e da sociedade tocantinense.		
<b>Público-Alvo</b>	Membros, Servidores e Sociedade tocantinense		
<b>Dotação Orçamentária</b>	<b>Inicial:</b> R\$ 11.729.330,00	<b>Autorizada:</b> R\$ 12.578.960,00	
<b>5.2 – INDICADOR DO PROGRAMA</b>			
<b>Indicador</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta 2010</b>	<b>Resultado 2009</b>
<b>Veículo adquirido</b>	Unidade	3	0
<b>Promotoria construída</b>	m <sup>2</sup>	2.887,50	1.023,40
<b>Concurso realizado</b>	Unidade	1	0
<b>Nota do GESPÚBLICA</b>	Pontuação Obtida	250	Não apurada
<b>Índice interno de satisfação com o Clima Organizacional</b>	Percentual	65,00%	Não apurado

A presente ação tem como objetivo fazer com que o Ministério Público do Tocantins proveja seus membros e servidores de todos os mecanismos necessários ao desenvolvimento de suas funções e, ainda, suprir com racionalidade os recursos humanos, mantendo-os satisfeitos no desempenho de suas funções.

Ante essas necessidades, foram criados novos mecanismos de mensuração

para a presente ação, desenvolvendo programas de qualidade na gestão e no planejamento a longo prazo.

Cabe observar, que cada mudança de indicador proposta, teve por subsídio técnico a formulação do Planejamento Estratégico de longo prazo desta Instituição. Foram levadas em consideração as novas formas de mensuração e coleta de dados institucionais, bem como, as metas que deverão ser alcançadas pela Procuradoria-Geral de Justiça para ser reconhecida pela sociedade por sua missão e valores.

Em razão dessas mudanças, podemos observar que existem índices não apurados nos indicadores para o exercício de 2009. Porém, cabe ressaltar que tais indicadores já constam deste documento em razão de terem sido aprovados pelo Colégio de Procuradores de Justiça, passando a ser os reais medidores do desempenho.

Com relação aos indicadores das ações de construção das promotorias, ampliação da frota e realização de concurso público, que não obtiveram os resultados esperados, temos a considerar:

- Em virtude dos direitos concedidos pelo Poder Judiciário aos membros e servidores desta Instituição, os quais se procurou honrar no prazo estabelecido na decisão judicial, o orçamento teve uma significativa redução do poder de investimento e em aquisições de materiais permanentes e obras;
- Apesar do contingenciamento da aquisição de 03 (três) veículos para o ano de 2009, que inviabilizou por completo a execução da meta do período, para o exercício de 2010 já foram garantidos recursos no orçamento para a realização das aquisições planejadas;
- Com relação à construção das promotorias, a obra em execução da Promotoria de Justiça de Araguaína encontra-se em fase conclusiva, tendo sido requisitado por parte da empresa contratada um prazo maior para o término devido o alto índice pluviométrico dos últimos meses;
- No que se refere ao concurso público previsto para o exercício de 2009, não foi realizado em respeito aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/00).

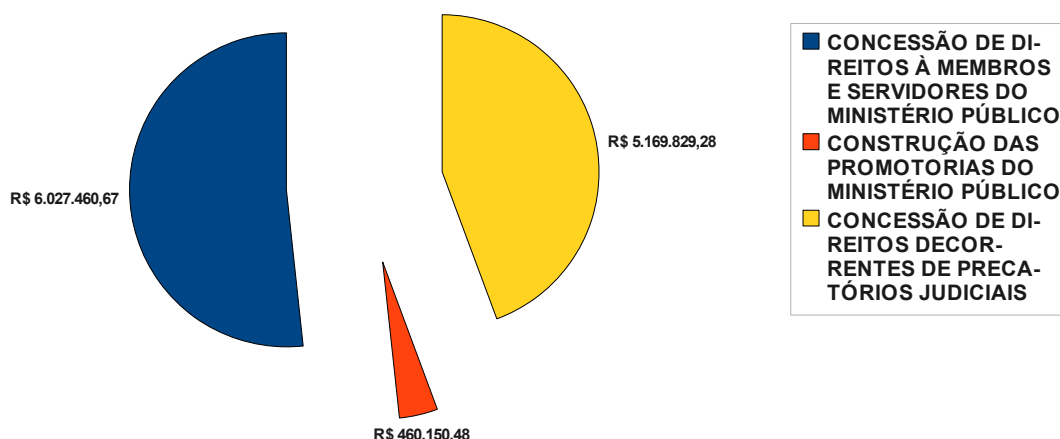
As realizações vinculadas ao programa em análise, que merecem destaque,

são as citadas a seguir:

- A adesão ao Programa de Desburocratização na Gestão Pública – GESPÚBLICA, por parte do Ministério Público do Estado do Tocantins, trouxe a este uma nova perspectiva quanto aos processos internos desenvolvidos, trazendo benefícios imediatos com a mudança na mentalidade dos colaboradores. Estes, com as reuniões para elaboração do perfil e avaliação institucionais, conheceram as dificuldades encontradas pelo Órgão, apresentaram soluções conjuntas para a resolução dos problemas operacionais desta Entidade Pública, de sorte que a avaliação a ser realizada em 2010 seja altamente positiva;
- Ainda no tocante ao desenvolvimento institucional, outra grande realização foi o Planejamento Estratégico de longo prazo do MPE-TO (2010-2018), que deverá ser finalizado e iniciada a gestão nos moldes apresentados em abril de 2010;
- Implantação e regulamentação da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Tocantins na estrutura já existente na Procuradoria-Geral de Justiça, com disponibilização de equipamentos, estrutura física, mobiliário e pessoal, em atendimento às determinações emanadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP. Porém, sua estruturação ainda carece de ser complementada por equipamentos o que se buscará por convênio e oportuna inclusão no PPA;
- A construção da Promotoria de Justiça de Araguaína já se encontra em fase final da obra;
- Merece grande destaque, ainda, o esforço feito pela atual gestão para cumprir as decisões judiciais, com efeitos financeiros, que concederam direitos a membros e servidores desta Instituição.

### **5.3 Resumo da execução orçamentária**

Figura 5.3 – Distribuição dos gastos no Programa de Modernização e Desenvolvimento Institucional do Ministério Público



O Programa de Modernização e Desenvolvimento Institucional do Ministério Público tem como principal entrega prover as condições adequadas de trabalho aos membros e servidores. Neste diapasão, o Órgão de Cúpula administrativo empenhou-se no pagamento de direito reconhecidos judicialmente. Assim, para execução do programa, houve a necessidade de suplementação.

Outra ação executada foi a construção da sede da Promotoria de Justiça na comarca de Araguaína que não fora concluída, conforme já esposado anteriormente, em razão do alto índice pluviométrico que acarretou o atraso na entrega das etapas. Importa constar, que esta foi a única obra executada pela Procuradoria-Geral de Justiça no exercício de 2009.

A seguir, apresentamos uma tabela com a descrição detalhada das alterações orçamentárias necessárias durante o exercício de 2009:

Tabela 5.3.1 – Alterações orçamentárias do Programa de Proteção dos Direitos Sociais e Individuais Indisponíveis

AÇÕES	ORÇAMENTO INICIAL	ALTERAÇÕES	PERCENTUAL
CONSTRUÇÃO DAS PROMOTORIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1.900.000,00	-1.436.436,00	-75,60%
AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	80.000,00	-80.000,00	-100,00%
IMPLEMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL VOLTADA A RESULTADOS	15.000,00	-15.000,00	-100,00%
CONCESSÃO DE DIREITOS A MEMBROS E SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO	4.819.500,00	2.126.066,00	44,11%

CONCESSÃO DE DIREITOS DECORRENTES DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS	4.894.830,00	275.000,00	5,62%
REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA SERVIDORES	20.000,00	-20.000,00	-100,00%
<b>TOTAL DO PROGRAMA</b>	<b>11.729.330,00</b>	<b>849.630,00</b>	<b>7,24%</b>

Para minimizar as limitações impostas às demais ações do tratado programa, em decorrência do pagamento de direitos reconhecidos judicialmente, o Governo do Estado firmou acordo com o Ministério Público para o repasse de verbas no exercício de 2010 como devolução de parte dos recursos dispendidos por este para execução da mencionada ação, principalmente, no que tange à Unidade Real de Valor – URV.

## 5.4 – Ações

### 5.4.1 – Ação 1159: Ampliação da frota de veículos do Ministério Público

Quadro 5.4.1 - Ampliação da frota de veículos do Ministério Público

Título	1159 - Ampliação da frota de veículos do Ministério Público			
Descrição:	Aquisição de um veículo tipo pick-up; aquisição de 03 veículos de passeio, em 2009; aquisição de 03 veículos de passeio, em 2010; aquisição de 01 veículo de passeio, em 2011, para facilitar e agilizar os deslocamentos de membros e servidores em atividades funcionais na sede do Ministério Público em 2011.			
<b>Meta Física</b>				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Veículo adquirido	Unidade	03	0	0
<b>Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )</b>				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
80.000,00	0,0	0,0	0,0	0,0

Em decorrência da falta de recursos durante o exercício de 2009, não houve execução orçamentário-financeira no período.

Adequando a ação à postura do Órgão de não necessitar ampliar a frota, a ação foi renomeada para “Renovação da frota de veículos do Ministério Público”. Para o exercício de 2010, buscar-se-ão recursos para a substituição de 03 (três veículos da frota do Ministério Público).

#### 5.4.2 – Ação 1128: Construção das Promotorias do Ministério Público

Quadro 5.4.2 - Construção das Promotorias do Ministério Público

<b>Título</b>		<b>1128 - Construção das Promotorias do Ministério Público</b>		
<b>Descrição:</b>		Será elaborado o projeto e após aprovação da direção desta unidade, dará início ao procedimento licitatório na modalidade concorrência pública para contratação da empresa que construirá os prédios das promotorias de justiça.		
<b>Meta Física</b>				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Promotorias construídas	m <sup>2</sup>	2.887,50	1.023,40	35,44%
<b>Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )</b>				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
1.900.000,00	463.564,00	460.150,48	84.111,62	99,26

A execução da ação de Construção das Promotorias do Ministério Público, apesar de ter sofrido limitações em termos do orçamento liquidado, avançou copiosamente para o término da construção da Promotoria de Justiça de Araguaína.

Para melhor compreensão, o quadro a seguir mostra as fases da obra já concluídas e as que ainda estão em andamento:

Quadro 5.4.2.1 – Construção da Promotoria de Araguaína

<b>FASES</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
SERVIÇOS PRELIMINARES	CONCLUÍDO

INFRA-ESTRUTURA	CONCLUÍDO
SUPERESTRUTURA	CONCLUÍDO
VEDAÇÃO	CONCLUÍDO
ESQUADRIAS	EM ANDAMENTO
COBERTURA	CONCLUÍDO
INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS	EM ANDAMENTO
INSTALAÇÕES DE COMBATE À INCÊNDIO	CONCLUÍDO
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	EM ANDAMENTO
AR-CONDICIONADO	CONCLUÍDO
REVESTIMENTO	EM ANDAMENTO
PINTURA	EM ANDAMENTO
SERVIÇOS COMPLEMENTARES	EM ANDAMENTO
<b>PREVISÃO DE CONCLUSÃO</b>	<b>MARÇO/2010</b>

Foram adiantados, ainda no ano de 2009, os serviços de desenvolvimento de Projetos e a Licitação das obras de Construção das Promotorias de Justiça de Tocantinópolis e Colinas do Tocantins, conforme previsão no plano plurianual, sendo que, desta última, as obras iniciaram em Janeiro de 2010.

#### **5.4.3 – Ação 6012: Concessão de direitos a membros e servidores do Ministério Público**

Quadro 5.4.3 - Concessão de direitos a membros e servidores do Ministério Público

<b>Título</b>	<b>6012 - Concessão de direitos a membros e servidores do Ministério Público</b>			
Descrição:	Pagamento do realinhamento aos Membros do MPE (Lei 10.477/2002), bem como outros direitos reconhecidos por decisões administrativas.			
<b>Meta Física</b>				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Créditos administrativos pagos	Unidade	20	20	100%



<b>Financeiro</b> <b>(Valor em R\$ 1,00 )</b>				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
4.819.500,00	6.945.566,00	6.027.460,67	6.027.460,67	86,78

Na ação detalhada no quadro acima, foram pagos aos membros e servidores os direitos oriundos do Realinhamento Funcional, conforme Lei nº 10.477/2002, os procedentes da diferença salarial oriunda da conversão da Unidade Real de Valor (URV) em moeda Real, e outros direitos resultantes de reconhecimento judicial.

Tais direitos vinham sendo pleiteados pelos integrantes desta Instituição há um extenso lapso temporal perante o Poder Judiciário. Assim, para honrar as determinações judiciais e priorizar os servidores e membros, o Órgão Gestor esforçou-se sobremaneira para, ainda que com os poucos recursos disponíveis, adimplir o que a Justiça determinara.

Ocorre que, durante o ano de 2009, surgiram novas decisões dando direitos a integrantes deste órgão, sendo necessária suplementação da ação para abrigar todas as designações do Poder Judiciário.

#### **5.4.4 – Ação 6013: Concessão de direitos decorrentes de precatórios judiciais aos Servidores da Procuradoria-Geral de Justiça**

Quadro 5.4.4 - Concessão de direitos decorrentes de precatórios judiciais aos Servidores da Procuradoria-Geral de Justiça

<b>6013: Concessão de direitos decorrentes de precatórios judiciais aos Servidores da Procuradoria-Geral de Justiça</b>				
<b>Título</b>	<b>6013: Concessão de direitos decorrentes de precatórios judiciais aos Servidores da Procuradoria-Geral de Justiça</b>			
<b>Descrição:</b>	Pagamento de direitos relativos a sentença judicial de 31/07/2008, para servidores administrativos da PGJ.			
<b>Meta Física</b>				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Precatórios pagos	Percentual	20	20	100%

<b>Financeiro</b> <b>(Valor em R\$ 1,00 )</b>				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
4.894.830,00	5.169.830,00	5.169.830,00	5.169.830,00	100,00

Na mesma tendência da ação anterior, a constante do quadro acima foi utilizada no decorrer do ano de 2009 para pagar direitos concedidos pelo Poder Judiciário aos servidores deste MPE-TO, somente os relativos a Precatórios.

Foi utilizada a mesma metodologia ao se considerar prioridade o pagamento destes direitos em razão da obrigatoriedade determinada pela Justiça e pelo longo prazo de trâmite dos processos.

Ressaltamos que, também na ação em análise, os recursos aportados ao início do ano não foram suficientes para arcar com todos os direitos concedidos no exercício, sendo necessária suplementação, o que prejudicou o desempenho de outras ações deste órgão.

#### **5.4.5 – Ação 1206: Implementação da administração gerencial voltada a resultados**

Quadro 5.4.5 – Implementação da administração gerencial voltada a resultados

<b>Título</b>	<b>1206: Implementação da administração gerencial voltada aos resultados</b>			
<b>Descrição:</b>	Desenvolver cultura orientada a resultados e um novo padrão de desempenho que vincule o comportamento no trabalho ao alcance das metas e dos objetivos estratégicos da Instituição, formando e aperfeiçoando os recursos humanos, através do desenvolvimento pessoal e profissional dos integrantes desta Instituição, visando atender as demandas institucionais e garantir a eficácia, eficiência e efetividade na atuação das atividades institucionais junto à sociedade tocantinense.			
<b>Meta Física</b>				
<b>Produto</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Planejado (A)</b>	<b>Executado (B)</b>	<b>% (B/A)=C</b>

Programas desenvolvidos	Unidade	2	2	100%
<b>Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )</b>				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Apesar da inicial destinação de recursos para a presente ação, optou-se pela não contratação de terceiros para desenvolver os Programas do GESPÚBLICA e Planejamento Estratégico deste Órgão, posto que dentre os servidores efetivos, havia pessoas capacitadas para o desenvolvimento de tais projetos, priorizando a valorização destes.

A opção acima mencionada teve como fundamento a redução dos custos de implementação e manutenção dos projetos em tela, visto que, os únicos custos arcados foram com a capacitação dos servidores, feita através da consultoria da empresa 3GEN, especializada na área de Planejamento Estratégico. Esta, além de capacitar os servidores do Órgão para o desenvolvimento do Plano, também participou, através de seus consultores, de algumas etapas da confecção daquele instrumento de gestão.

Abaixo, estão relacionadas as etapas do Planejamento Estratégico de longo prazo do Ministério Público do Estado do Tocantins, com o status atual:

#### Quadro 5.4.5.1 – Etapas do Planejamento Estratégico do MPE-TO

ETAPAS	SITUAÇÃO
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PRELIMINARES EM PALMAS, GURUPI E ARAGUAÍNA PARA OUVIR AS DEMANDAS DA SOCIEDADE	CONCLUÍDO
EVENTO DE ALINHAMENTO ESTRATÉGICO COM MEMBROS E SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, VISANDO A CONSTRUÇÃO ESTRATÉGICA DO PASSADO, PRESENTE E FUTURO DO ÓRGÃO	CONCLUÍDO
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PARA DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	CONCLUÍDO
REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS COM OS PROCURADORES DE JUSTIÇA, TAMBÉM COMO CONSTRUÇÃO DA ESTRATÉGIA DO ÓRGÃO	CONCLUÍDO
CONSTRUÇÃO DO MAPA DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE LONGO PRAZO	CONCLUÍDO

CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO E GESTÃO	CONCLUÍDO
CONSTRUÇÃO DE METAS ESTRATÉGICAS DE CURTO E LONGO PRAZO	CONCLUÍDO
CRIAÇÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS PARA ALCANCE DAS METAS ELABORADAS	EM ANDAMENTO
CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO	A REALIZAR
DEFINIÇÃO DO PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO	A REALIZAR
COMUNICAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	A REALIZAR
<b>PREVISÃO DE CONCLUSÃO</b>	<b>MARÇO/2010</b>

Merecem destaque, com relação ao Planejamento Estratégico em execução, as audiências públicas realizadas nas cidades de Palmas, Gurupi e Araguaína, as quais, além de contar com a participação de mais de 500 pessoas da sociedade em geral, geraram um vulto acima de 300 questionamentos da atuação do Ministério Público, usados no desenvolvimento dos objetivos estratégicos de longo prazo.

Outra atividade que merece destaque foi a realização do Evento de Alinhamento Estratégico, que contou com grande participação de Membros e Servidores, os quais, durante os dois dias do evento, construíram, em atividades pré-planejadas, diversas versões sobre o passado, o presente e o que se espera do futuro do MPE-TO.

A cada etapa concluída, o Planejamento Estratégico passou por aprovação do Colégio de Procuradores de Justiça, cujos participantes, podem ser eleitos como os potenciais gestores do órgão, a fim de que o Plano em construção seja compreendido e aprovado por todos os possíveis futuros gestores da entidade.

Já com relação ao Programa GESPÚBLICA, durante o ano de 2009, além da adesão oficial ao Programa, ocorrida em março de 2009, foram desenvolvidas algumas etapas importantes:

- *Definição do Comitê Gestor do GESPÚBLICA no âmbito do MPE-TO, através de designação em ato do Procurador-Geral de Justiça;*
- *Realização de reuniões semanais do Comitê Gestor do GESPÚBLICA, com a finalidade de construir os elementos de avaliação do plano, quais sejam:*
- *Perfil da Organização;*
- *Auto-Avaliação da Gestão;*

➤ *Oportunidades de Melhoria;*

Resultados:

O Comitê Gestor tem até o final do mês de março de 2010 para concluir suas atividades e encaminhar o Relatório para avaliação externa, visando a definição da pontuação a ser obtida pelo Órgão.

Ainda como atividades do GESPÚBLICA, cabe ressaltar que, ao final dos trabalhos de elaboração do relatório inicial, o Comitê passará a avaliar e cobrar a adoção das oportunidades de melhoria informadas.

**5.4.6 – Ação 1254: Realização de Concurso Público para Servidores do Ministério Público**

Quadro 5.4.6 – Realização de Concurso Público para Servidores do Ministério Público

<b>Título</b>	<b>1254: Realização de Concurso Público para servidores do Ministério Público</b>			
Descrição:	Contratação de empresa especializada para realização do concurso público para servidores do Ministério Público.			
<b>Meta Física</b>				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Concurso realizado	Unidade	1	0	0%
<b>Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )</b>				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Em respeito aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto aos gastos com pessoal, não foi possível realizar o Concurso Público para preenchimento das vagas do quadro do Ministério Público do Estado do Tocantins. Havendo condições legais, esta ação será realizada no ano de 2010, conforme previsão na Lei nº 2.250/2008.

## 6. - PROGRAMA 0195: Apoio administrativo

6.1 – APRESENTAÇÃO		
<b>DENOMINAÇÃO:</b>	<b>APOIO ADMINISTRATIVO</b>	
<b>Objetivo</b>	Prover os órgãos da Procuradoria-Geral de Justiça dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.	
<b>Público-Alvo</b>	Membros, Servidores e Sociedade tocantinense	
<b>Dotação Orçamentária</b>	<b>Inicial: R\$ 61.628.674,00</b>	<b>Autorizado: R\$ 61.895.904,00</b>

O programa Apoio Administrativo busca viabilizar os programas do Ministério Público, finalísticos ou não, através da atividade administrativa da Instituição nas questões referentes à manutenção e conservação de bens imóveis; à manutenção do serviço de transporte; à manutenção dos serviços administrativos e ações de informática.

Em termos de racionalização de custos administrativos, a Procuradoria-Geral de Justiça tem adotado uma série de medidas voltadas para gerar de economia e maximizar recursos. Com este intuito, destaca-se a implantação do pregão eletrônico, ferramenta de comércio, utilizando as tecnologias da informática, com o objetivo de dotar o mercado de um sistema operacional eficiente e que proporcione a competição e a transparência nos negócios, tanto para o setor privado quanto para o público.

Embora seja mais complexa e subjetiva a criação de indicadores na atividade-meio, os indicadores de gestão apresentados são utilizados para aferição da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade do programa Apoio Administrativo, para o exercício 2010. Estes indicadores foram obtidos através da realização do Planejamento Estratégico:

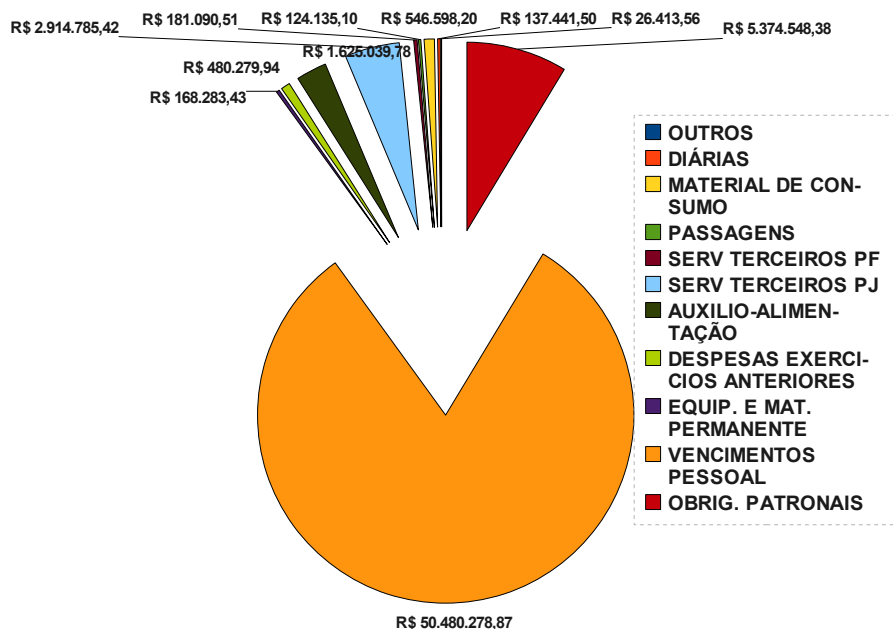
Quadro 6.1.1 – Indicadores do Programa de Apoio Administrativo

Nome do indicador	Descrição	Fórmula	Meta 2010
Rotatividade	Mede a rotatividade de servidores da instituição	(Somatório dos desligamentos voluntários / Número de integrantes no período)*100	4,00%
Pesquisa de satisfação	Mede o percentual de integrantes satisfeitos com o ambiente de trabalho no MP	Clima = (respostas ótimas e boas/total respostas)*100	65%
Número de ações internas voltadas para a melhoria do clima organizacional	Mede a quantidade de ações/iniciativas realizadas na busca da melhoria do clima organizacional	Número de ações realizadas	5
Adequação da comunicação interna	Mede a adequação da comunicação interna identificada como necessária para o MP (linguagem, necessidades, acessibilidade, etc.)	(Número de necessidades em comunicação interna realizadas /Número de necessidades em comunicação interna) * 100	33%
Adequação da infraestrutura tecnológica	Mede a adequação da infraestrutura tecnológica	Adequação (Infraestrutura tecnológica adequada/infraestrutura ideal)*100	15%
Adequação da infraestrutura física	Mede a adequação da infraestrutura física	Adequação = (Infraestrutura física adequada/infraestrutura física ideal)*100	15%
Percentual de sistemas integrados	Mede o percentual de integração entre todos os sistemas (área meio e área fim) solicitados e desenvolvidos	Integração = Número de sistemas integrados/ (Número de sistemas existentes + Número de novas demandas)*100	51%
Participação orçamentária financeira	Mede o percentual de participação do MP na receita corrente líquida do Estado	Participação = (receita do MP/receita corrente líquida do Estado)*100	2,35%

O gráfico a seguir traça o perfil de execução de 2009, demonstrando o comportamento do programa. Imperioso ressaltar que a maioria das despesas distribuídas nas ações deste, aproximou-se da execução total, refletindo a eficiência do planejamento.

## 6.2 - Resumo da execução orçamentária

Figura 6.2 – Distribuição dos gastos no Programa de Apoio administrativo.



## 6.3 – Ações

### 6.3.1 – Ação 2001: Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais

Quadro 6.3.1 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais

Título				
2001 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais				
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
5.477.705,00	5.286.559,00	5.153.976,66	4.786.289,89	97,5

Em 2009, a Procuradoria-Geral de Justiça empenhou-se para que a execução de suas despesas se fizesse eficiente, dada a natureza das atividades desenvolvidas e intensificou progressivamente os esforços no sentido da contratação de serviços e aquisição de materiais para dar suporte às suas ações de defesa aos direitos indisponíveis.



Na busca do aprimoramento administrativo, o Departamento Administrativo e Comissão de Licitação, procuraram alocar rigorosamente as despesas planejadas no Plano Plurianual, assim como, obedeceram toda a legislação que regulamenta a execução orçamentária das entidades públicas estaduais.

No tocante à Comissão Permanente de Licitação (CPL), compete-lhe promover as licitações, celebrar os contratos, convênios e as demais avenças de interesse da Instituição, adotando as providências que a legislação estabelece, tais como a publicação de avisos de licitação, extratos dos instrumentos convocatórios, dos ajustes, de dispensa e inexigibilidade de licitação, e exame dos recursos interpostos.

Ao final do referido exercício, apurou-se o quantitativo conforme o quadro abaixo:

Quadro 6.3.1.1 – Procedimentos Licitatórios, Dispensas, Inexigibilidades e Outros

<b>Modalidade</b>	<b>Quantidade de processos atuados</b>
Convite	1
Concorrência	2
Pregão Presencial	29
Pregão Eletrônico	15
Dispensa de Licitação	166
Não Aplicável	87
Suprimento de Fundos	5
Inexigibilidades	22
<b>TOTAL</b>	<b>327</b>

Ao departamento de manutenção e segurança, incumbe o planejamento e estudo de soluções técnicas, especificações e estimativas de gastos, assim como o acompanhamento e fiscalização das obras e serviços afins no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça.

Atinente às obras de reformas realizadas nas Promotorias de Justiça, podemos observar o desempenho satisfatório da Instituição, posto ter assistido a diversas unidades nas comarcas de interior. Pelo quadro a seguir, colhe-se as que foram beneficiadas:

Tabela 6.3.1.2 – Promotorias beneficiadas com reformas de 2007/2009

<b>Promotorias</b>		
<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Dianópolis	Araguaína	Alvorada
Miracema	Alvorada	Augustinópolis
Gurupi	Dianópolis	Cristalândia
–	Guaraí	Dianópolis
–	Novo Acordo	Itaguatins
–	Porto Nacional	Paraíso do Tocantins
–	Taguatinga	Pedro Afonso
–	Tocantinópolis	Tocantinópolis
–	Xambioá	Wanderlândia

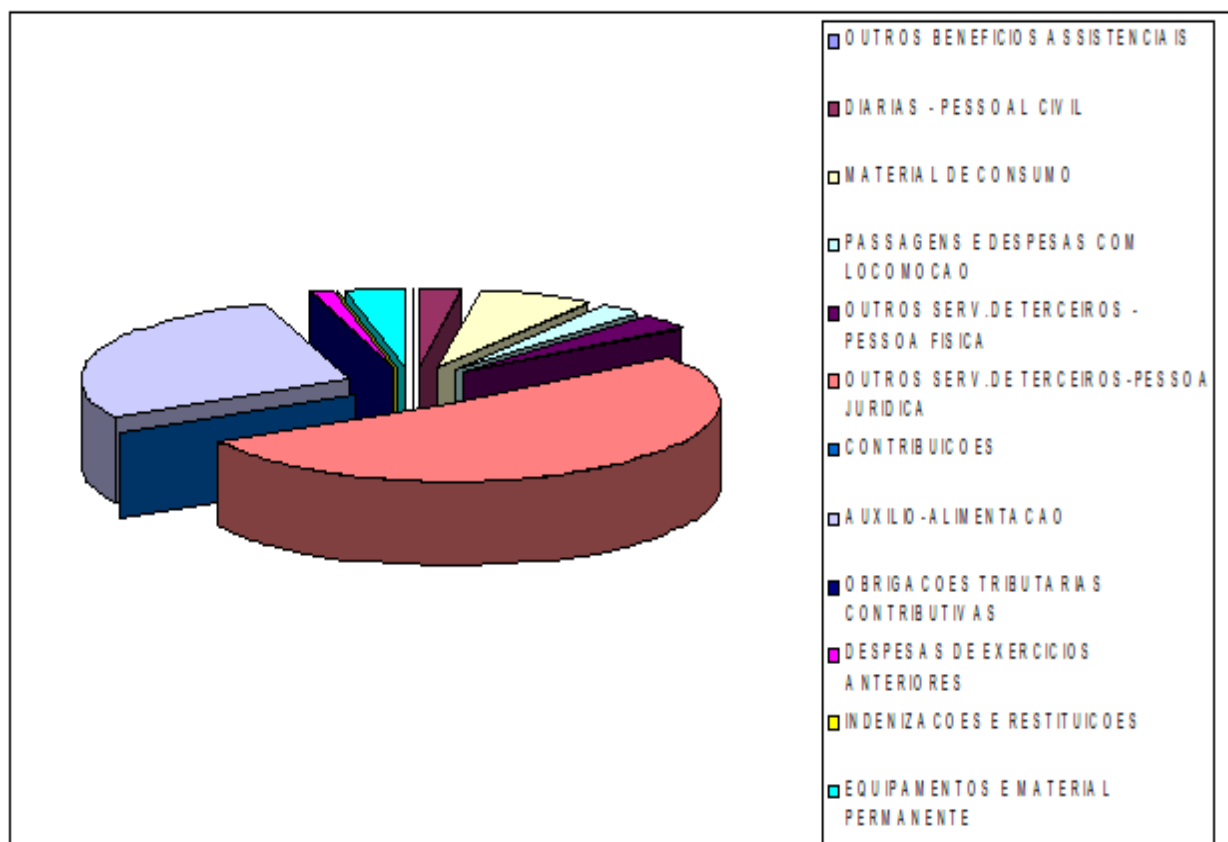
Visando facilitar a gestão administrativa, foi disponibilizado o Manual de Procedimentos Administrativos que contém normativos para o desenvolvimento das atividades técnico-administrativas. O objetivo foi implementar inovações que possibilitassem o aperfeiçoamento dos processos organizacionais deste Órgão Ministerial e alcançar a excelência na administração pública.

Houve, também, a descentralização do gerenciamento e fiscalização dos processos administrativos, inclusive com a nomeação de fiscais para cada contrato, com publicação desta no Diário Oficial do Estado, otimizando o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e aquisição de material.

Conseqüentemente, com o objetivo de atender as diversas demandas administrativas, o Departamento tem atuado nos vários segmentos com o intuito de aprimorar seus processos, de forma a aperfeiçoar o atendimento às solicitações desta instituição.

O gráfico a seguir detalha o perfil da execução desta ação, demonstrando a natureza de despesa, refletindo a dinâmica da liquidação de despesas continuadas (telefonia, energia, terceirizados etc.), bem como, os fornecedores diversos.

Figura 6.3.1.3 – Distribuição dos gastos na Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais



### 6.3.2 – Ação 2002: Manutenção dos Serviços de Transporte

Quadro 6.3.2 - Manutenção dos Serviços de Transporte

Título	2002 – Manutenção dos Serviços de Transporte			
	Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00 )			
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
293.500,00	283.471,00	264.380,05	258.173,34	93,27

A frota da Procuradoria-Geral de Justiça é constituída de 36 veículos para transporte de passageiros, utilitários, caminhões e motocicletas, alocados nas diversas unidades desta Instituição, conforme descritas no quadro adiante.

O controle de manutenção da frota de veículos é realizado através de sistema informatizado, possibilitando manter e atualizar todos os registros pertinentes a cada veículo, contendo sua identificação, localização, consumo e gastos com manutenção.

Este viabiliza não só o efetivo controle, como também a produção de relatórios gerencias, fundamentais para a administração. São fornecidas, também, orientações para todas as Promotorias quanto aos procedimentos e exigências de ordem legal para a utilização dos veículos e o atendimento aos membros e servidores.

No curso do exercício de 2009, a gestão dedicou-se a dar continuidade aos trabalhos que vinham sendo realizados, dando suporte e prioridade à realização das tarefas pertinentes a este setor juntamente com o departamento administrativo onde nosso suporte veio a atender praticamente 100% (cem por cento) das Promotorias do interior contribuindo para o bom andamento dos atendimentos prestados.

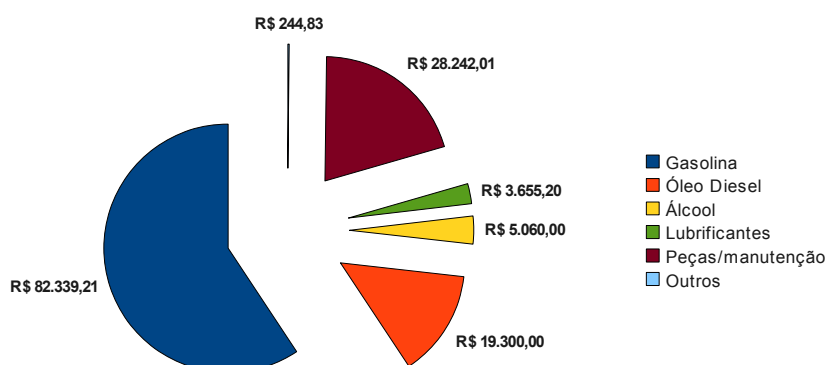
Quadro 6.3.2.1 - Frota de veículos MPETO

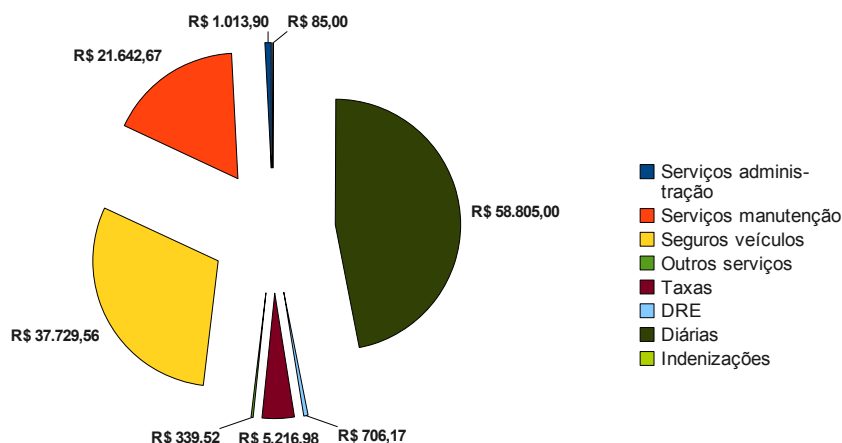
<b>VEÍCULO</b>	<b>PLACA</b>	<b>ANO/MODELO</b>	<b>LOCAL</b>
ASTRA	MWA - 1149	2005/2006	P.G.J/PALMAS
RANGER XLT	MXG - 8010	2007/2008	P.G.J/PALMAS
ASTRA	MWA - 1159	2005/2006	P.G.J/PALMAS
ASTRA	MVY - 1442	2005/2006	P.G.J/PALMAS
CLIO	MWE - 3615	2005/2005	P.G.J/PALMAS
CLIO	MWD - 2228	2005/2005	P.G.J/PALMAS
CLIO	MVY - 2201	2005/2005	P.G.J/PALMAS
CLIO	MVY - 2211	2005/2005	P.G.J/PALMAS
CLIO	MVY - 2231	2005/2005	P.G.J/PALMAS
CLIO	MVY - 3902	2005/2005	P.G.J/PALMAS
CLIO	MWE - 3605	2005/2005	P.G.J/PALMAS
CLIO	MVX - 3536	2005/2005	P.G.J/PALMAS
CLIO	MVX - 3546	2005/2005	P.G.J/PALMAS
PARATI	MWD - 6184	2006/2006	P.G.J/PALMAS
CORSA 1.6	MWD - 6940	2001/2002	MIRANORTE
CORSA 1.6	MWD- 6910	2001/2002	ARAGUATINS
CORSA 1.6	MWD - 6920	2001/2002	MIRACEMA
CORSA 1.6	MWD - 6980	2001/2002	P.G.J/PALMAS
CORSA 1.6	MWD - 6990	2001/2002	DIANÓPOLIS

FIESTA	MXG - 9020	2007/2008	P.G.J/PALMAS
FIESTA	MXG - 8020	2007/2008	PORTO NACIONAL
FIESTA	MXG - 8040	2007/2008	GURUPI
FIESTA	MXG - 8050	2007/2008	ARAGUAÍNA
FIESTA	MXG - 8090	2007/2008	PARAÍSO
CG 150 JOB	MWH - 0961	2007/2007	GUARAÍ
CG 150 JOB	MWH - 0812	2007/2007	TOCANTINÓPOLIS
CG 150 JOB	MWH - 0832	2007/2007	P.G.J/PALMAS
CG 150 JOB	MWH - 0663	2007/2007	PEDRO AFONSO
CG 150 JOB	MWI - 1207	2007/2007	P.G.J/PALMAS
CG 150 JOB	MWL - 9208	2007/2007	P.G.J/PALMAS
CG 150 JOB	MWL - 9228	2007/2007	ARAGUAÍNA
CG 150 JOB	MWL - 9188	2007/2007	P.G.J/PALMAS
FORD – F 350	MWQ - 9397	2009/2009	P.G.J/PALMAS
FORD – RANGER	MWY - 6100	2008/2009	P.G.J/PALMAS
FIAT SIENA	MWY - 6110	2008/2009	P.G.J/PALMAS
VOLLARE	MVR - 9524	2005/2005	P.G.J/PALMAS

Com referência as despesas alocadas e disponibilizadas pelo SIAFEM, averiguou-se que os valores liquidados com as atividades de manutenções de veículos oficiais desta Procuradoria-Geral de Justiça, no exercício de 2009 alcançou a quantia de R\$ 264.380,05 (Duzentos e sessenta e quatro mil e trezentos e oitenta reais e cinco centavos). Para melhor visualização do quadro demonstrativo dos valores registrados por elemento de despesa, segue o gráfico abaixo.

Figura 6.3.2.2 – Distribuição dos gastos na ação Manutenção dos Serviços de Transporte.





Os gráficos acima detalham as despesas decorrentes da aquisição de combustíveis, manutenção de veículos e demais despesas empregadas para atender os veículos, visando assim o pleno funcionamento das unidades da Instituição.

### 6.3.3 – Ação 2004: Manutenção de Recursos Humanos

Quadro 6.3.3 - Manutenção de Recursos Humanos

Título				
2004 - Manutenção de Recursos Humanos				
Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
55.495.144,00	55.961.982,00	55.915.242,14	55.915.242,14	99,92

Fonte: RH

O Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento engloba a administração de pessoal, envolvendo os processos de pagamento, cadastro e desenvolvimento de pessoas, capacitação, seleção de estágio e promoção da qualidade de vida dos servidores.

A promoção do ambiente seguro e saudável é de fundamental importância para que os servidores possam desempenhar suas atividades com excelência. Nesse aspecto,

o Ministério Público incentiva e oferece oportunidades de participação a todos os servidores para a identificação de fatores que interferem na qualidade de vida e no nível de satisfação.

Com essa visão, em 2009, foi reestruturado o posto de saúde, com a nomeação de uma técnica em enfermagem e uma médica, visando promover uma nova abordagem para as ações de qualidade de vida e saúde do servidor com uma visão integrada, holística do ser humano, incluindo qualidade das relações de trabalho e suas consequências na saúde destes.

Este atendimento, que pode requerer análise e detalhamento por exames, visa a melhora da qualidade de vida e diminuição dos índices de absenteísmo no trabalho.

Segundo dados estatísticos disponíveis no referido posto, foram realizados os seguintes atendimentos/procedimentos em 2009:

Quadro 6.3.3.1 - Atendimentos Realizados

<b>MÊS</b>	<b>Posto de Saúde</b>	<b>CAOP- MULHER (DNA)</b>	<b>TOTAL</b>
Abril	54	-	54
Maio	66	12	78
Junho	71	09	80
Julho	70	-	70
Agosto	83	06	89
Setembro	87	09	96
Outubro	76	-	76
Novembro	91	03	94
Dezembro	48	03	51
<b>TOTAL</b>	<b>646</b>	<b>42</b>	<b>688</b>

No exercício ora relatado, observou-se um aumento de servidores, por nomeação de servidores para cargos efetivos, para cargos em comissão, bem como por cessão de servidores oriundos de outros órgãos. Ao final de 2009, o quadro de pessoal do Ministério Público contava com 482 cargos ocupados.

Em relação a esse acréscimo verificado, houve um aumento de 2,48% no número de membros e servidores existentes em 31/12/2008. Contudo, este não foi suficiente para suprir a necessidade de pessoal da Instituição.

Ao quadro efetivo, foram incorporados, durante o ano de 2009, 20 (vinte) novos cargos, preenchidos no decorrer do exercício nas diversas áreas funcionais, conforme demonstrado:

Quadro 6.3.3.2 – Detalhamento do Quadro de Pessoal.

Cargo	Sigla	Especialidade	Ativo MP	Cedidos	Afastados	Total	Dotação	Vagas
Analista Ministerial Especializado	AME	Administração	5	-	-	5	7	2
		Análise de Sistemas	4	-	-	4	4	-
		Assistência Social	2	-	-	2	3	1
		Biblioteconomia	1	-	-	1	1	-
		Biologia	1	-	-	1	1	-
		Ciências Contábeis	6	1	-	7	7	-
		Ciências Econômicas	4	-	-	4	4	-
		Ciências Jurídicas	17	2	-	19	23	4
		Enfermagem	0	-	-	0	2	2
		Engenharia Ambiental	1	0	-	1	2	1
		Engenharia Civil	1	0	-	1	1	-
		Engenharia Florestal	0	-	-	0	1	1
		Fisioterapia	0	-	-	0	1	1
		Geografia	1	-	-	1	1	-
Jornalismo	0	2	-	2	2	-		
Letras	2	-	-	2	3	1		



	Medicina	0	-	-	0	1	1
	Odontologia	1	-	-	1	2	1
	Pedagogia	1	-	-	1	2	1
	Psicologia	0	-	-	0	2	2
	<b>TOTAL I</b>	<b>47</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>52</b>	<b>70</b>	<b>18</b>

Cargo	Sigla	Especialidade	Ativo MP	Cedidos	Afastados	Total	Dotação	Vagas
Analista Ministerial	AMI	Ciências Jurídicas	89	4	-	93	130	37
		<b>TOTAL II</b>	<b>89</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>93</b>	<b>130</b>	<b>37</b>
		Contabilidade	3	-	-	3	7	4
		Eletricidade	1	-	-	1	2	1
		Eletrônica	0	-	-	0	1	1
		Enfermagem	1	-	-	1	2	1
		Fotografia	1	-	-	1	2	1
		Informática	3	1	-	4	4	0
		Manutenção de Computadores	4	-	-	4	4	-
		<b>TOTAL III</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>14</b>	<b>22</b>	<b>8</b>
Técnico Ministerial	TCM	Assistente Administrativo	97	6	2	105	120	15
		<b>TOTAL IV</b>	<b>97</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>105</b>	<b>120</b>	<b>15</b>
Auxiliar Ministerial Especializado	AXE	Auxiliar Administrativo	10	1	-	11	12	1
		Manutenção	6	1	-	7	7	-
		<b>TOTAL V</b>	<b>16</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>1</b>
Auxiliar Ministerial	AXM	Auxiliar Geral	13	-	-	13	15	2
		<b>TOTAL VI</b>	<b>13</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>2</b>
Oficial de Diligência	OFD		11	1	-	12	20	8
		<b>TOTAL VII</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>12</b>	<b>20</b>	<b>8</b>

Motorista Profissional	MOP	7	-	-	7	10	3
<b>TOTAL VIII</b>		<b>7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>3</b>
Motorista	MOT	5	-	-	5	7	2
<b>TOTAL IX</b>		<b>5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>2</b>
<b>TOTAL (I+II+III+IV+V+VI+VII+VIII+IX)</b>		<b>298</b>	<b>19</b>	<b>2</b>	<b>319</b>	<b>413</b>	<b>94</b>

<b>Nível Funcional</b>	<b>Total</b>
Comissionados	35
Cedidos	13
<b>TOTAL</b>	<b>48</b>

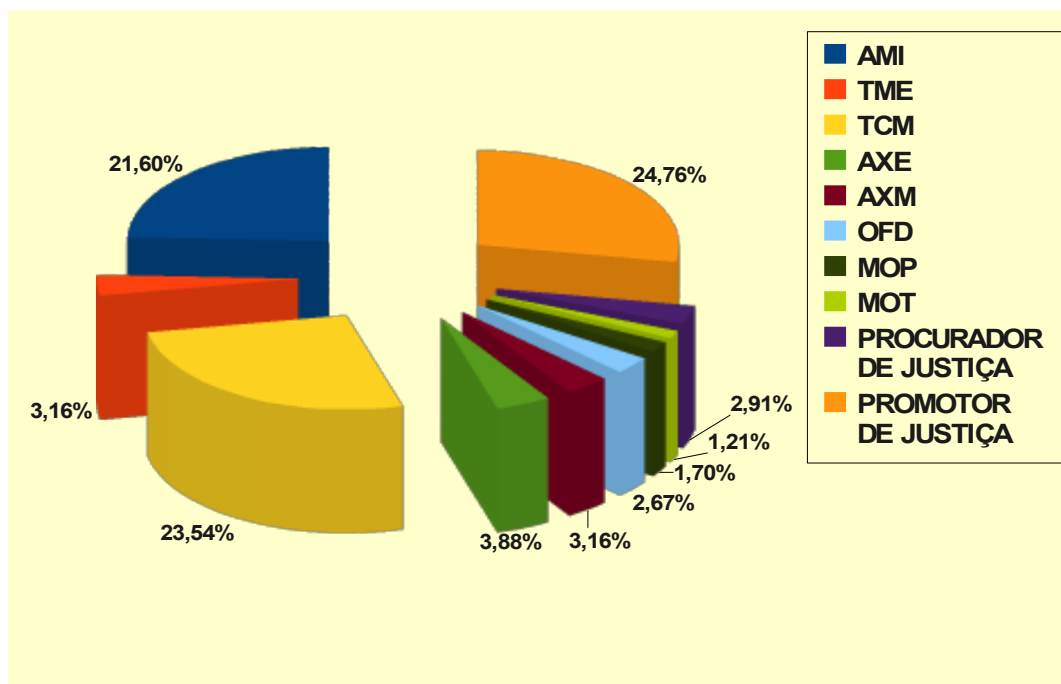
<b>Cargo</b>	<b>Dotação Lei Complementar 51</b>	<b>Existente</b>
Procurador de Justiça	12	12
Promotor de Justiça de 3ª Entrância	90	72
Promotor de Justiça de 2ª Entrância	16	4
Promotor de Justiça de 1ª Entrância	15	10
Promotor de Justiça Substituto	25	17
<b>TOTAL</b>	<b>158</b>	<b>115</b>

Quadro 6.3.3.3 - Resumo de membros e servidores do Ministério Público.

Nível Funcional	Existente em	Movimentação			Existente em
	31/12/08*	Nomeados	Exonerados	Aposentados	31/12/09*
Procuradores	12	0	0	0	12
Promotores	100	4	1	0	103
Servidores	319	20	19	1	319
Comissionados	19	16	0	0	35
Requisitados	8	5	0	0	13
<b>TOTAL</b>	<b>458</b>	<b>45</b>	<b>20</b>	<b>1</b>	<b>482</b>

Fonte: Folha de Pagamento. \*(inclusive cedidos e afastados)

Gráfico 6.3.3.4 - Representa a distribuição do quadro de pessoal.



Em relação aos limites globais estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, observamos que a despesa com pessoal tem-se mantido bem abaixo do limite prudencial de 1,90% da RCL, como mostra a Tabela 6.3.3.2. Note-se que a despesa com pessoal líquida (DPL) é obtida deduzindo-se da despesa total os seguintes itens, conforme prevê o § 1º do art. 19 da LRF: indenizações por demissão, incentivos à demissão voluntária, despesas decorrentes de decisão judicial, despesas de exercícios anteriores e despesas com inativos custeadas com recursos vinculados.

A gestão fiscal tem como foco o cumprimento dos limites constitucionais. Buscando atender estes preceitos, os gastos realizados pelo Ministério Público com pessoal, segundo dados de balanço no período Jan/2009 a Dez/2009, representaram 1,64% em relação à receita corrente líquida. O referido limite está de acordo com que o prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal, incisos I, II e III do artigo 20. Veja quadro a seguir:

Quadro 6.3.3.5 – Limites de Gasto de Pessoal com a LRF

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	Liquidadas  (a)	Inscritos em restos a pagar não processadas (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>55.915.242,14</b>	
Pessoal ativo	55.915.242,14	
Pessoal inativo e Pensionistas		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>		
(-) Despesas não Computadas (art.19, § 1º da LRF)		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>55.915.242,14</b>	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>55.915.242,14</b>	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	<b>3.406.416.318,08</b>
<b>% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>1,64</b>
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 2%	<b>68.128.326,36</b>
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) – 1,90%	<b>64.721.910,04</b>

FONTE: Contabilidade PGJ e SEFAZ/TO

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

### 6.3.4 – Ação 2003: Ações de Informática

Quadro 6.3.4 - Ações de Informática

<b>Título</b>	<b>2003 - Ações de Informática</b>			
	<b>Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00 )</b>			
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
362.325,00	363.892,00	320.366,43	274.617,14	88,04

Durante o ano de 2009, foram mantidos e priorizados os esforços para renovação tecnológica do Ministério Público reduzindo a defasagem existente, o que possibilitou desenvolver novos projetos e oferecer melhores recursos e serviços.

Foram também atendidas com equidade as demandas de todos os departamentos internos, na medida dos recursos disponíveis, divulgando-se permanentemente a evolução tecnológica alcançada, estabelecendo-se melhor integração entre as áreas e buscando acompanhar as tendências de mercado, de acordo com as necessidades ministeriais.

A tabela a seguir apresenta as principais atividades operacionais desenvolvidas pelo Departamento de Tecnologia da Informação.

Tabela 6.3.4.1 – Atendimentos Operacionais

Item	ATIVIDADES	Qtde.
01	Atendimentos Realizados	3.126
02	Documentos Recebidos	455
03	Despachos efetuados	82
04	Memorandos enviados	138
05	Reuniões Realizadas	18
06	Sistemas Mantidos	34
07	Sistemas Desenvolvidos	12

Na busca de aprimoramento da produtividade das atividades da Procuradoria-Geral de Justiça, o Departamento de Tecnologia da Informação efetuou a aquisição de novos equipamentos de informática, conforme relacionados a seguir:

Tabela 6.3.4.2 – Equipamentos de Processamento de dados adquiridos em 2009.

Item	Descrição	Qtde.
01	Multifuncionais	46
02	Notebooks	08
03	Impressoras Laser	20
04	Computadores	50
05	Nobreaks	50
06	Estabilizadores	80
07	Scanneres	04

Destacam-se, ainda, as diligências empreendidas para a sistematização dos pleitos de aquisição de material permanente na área de Tecnologia da Informação - TI, com enfoque especial na construção estratégica do processo de aquisição, visando a eficiência e economicidade de recursos.

Compete ainda, exaltar o aprimoramento da produtividade das áreas administrativas e finalísticas da Instituição por parte do Departamento de Tecnologia da Informação, que disponibilizou novos recursos e serviços tecnológicos, conforme relacionados nos quadros seguintes:

Quadro 6.3.4.3 – Sistemas que passaram por manutenção/afeiçoamento.

SISTEMA	DESCRIÇÃO
<b>FOLHA</b>	Sistema de folha de pagamento com novos recursos, aumentando a automatização e diminuindo a possibilidade de erros, feita totalmente integrada com o sistema de RH para WEB, possibilitando a sua administração de qualquer lugar que possua conexão internet.
<b>SIGESP</b>	Folha

<b>SISPAT - PATRIMÔNIO</b>	Permite o controle patrimonial da Instituição, como localização, garantias, baixas e responsáveis.
<b>GNUTECA - BIBLIOTECA</b>	Sistema de controle bibliotecário, totalmente informatizado, possuindo cadastro de livros, empréstimos, devoluções, consultas <i>on line</i> , disponibilidade do livro, livro com maior saída, controle de atrasos.
<b>CONTRA CHEQUE</b>	Permite a emissão de contra cheques de modo <i>on line</i> , possibilitando a sua emissão de qualquer lugar com internet e impressora.
<b>ARQUIMEDES</b>	Sistema de controle processual, com possibilidade de consulta a processo de qualquer lugar com conexão internet, possui distribuição processual de primeira e segunda, movimentação processual, estatísticas, localização processual, e ainda conta com consulta a todos os dados cadastrados do processo.
<b>RAF</b>	Relatório de Atividade Funcional
<b>ESTÁGIO PROBATÓRIO</b>	Possibilita a avaliação do estágio probatório de forma totalmente <i>on line</i> , melhorando e agilizando o processo.
<b>PREVISÃO DE FÉRIAS</b>	Possibilita a marcação de férias de modo <i>on line</i> , permitindo maior agilidade no envio das informações e melhor acompanhamento pelos servidores e chefias, evitando atrasos na marcação.
<b>SISTEMA DE DIÁRIAS E RESSARCIMENTO (FINANCEIRO)</b>	Possibilita o servidor verificar as diárias e ressarcimentos recebidos através do portal do servidor.
<b>CONSELHO SUPERIOR</b>	Restruturação

---

**CAOPS - CENTRO APOIO  
OPERACIONAL**

Os sistemas dos CAOPS possibilitam a publicação de notícias e documentos no sítio da Internet de forma totalmente dinâmica independentemente do departamento de informática

---

Quadro 6.3.4.4 – Sistemas desenvolvidos em 2009

<b>SISTEMA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>CIACA</b> - Sistema de acompanhamento das crianças e adolescentes em conflito com a lei	Acompanhamento da execução das medidas sócioeducativas.
<b>CERIMONIAL</b>	Permite a marcação e administração dos auditórios e acompanhamento on line.
<b>ENQUETE</b>	Possibilita colher informações necessárias para uma determinada atividade através de um sistema de votação on line.
<b>AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>	Coleta de informações das necessidades da população tocantinense para auxiliar na construção do Planejamento Estratégico da Instituição, permitindo a ação para atender aos anseios da sociedade.
<b>RECURSOS HUMANOS - MOVIMENTAÇÃO PESSOAL</b>	Sistema de controle <i>on line</i> dos Recursos Humanos, integrado com o novo sistema de folha de pagamento, possibilitando acompanhamento da vida funcional dos membros e servidores, como seus cadastros de dados pessoais e dossiês.
<b>MONITORAMENTO DE SERVIDORES</b>	Acompanhamento de acesso a computadores
<b>RELATÓRIOS DE PATRIMÔNIO</b>	Novos relatórios para atender as necessidades do departamento de patrimônio.
<b>PORTAL TRANSPARÊNCIA</b>	Prestação de contas para a sociedade de todas as atividades do Ministério Público



<b>FOLHA DE PAGAMENTO WEB PARA TESTES E IMPLANTAÇÃO 12/2009</b>	Novo sistema de folha de pagamento web, integrado com sistema de RH, com novos relatórios que facilitam as tomadas de decisões e implementações de novas rotinas de cálculos para automatizar o processo em 100%
<b>PROTOCOLO WEB</b>	Possibilita o cadastro, movimentação e acompanhamento de documentos de forma <i>on line</i> e será integrado com os departamentos e arquivo geral.
<b>SISTEMA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>	Possibilita a filtragem e geração de relatórios das informações colhidas nas audiências públicas.

Tais sistemas irão permitir ao Ministério Público um salto de qualidade, tanto na captação de suas informações técnicas como também na tomada de decisões por parte da Administração Superior, que passará a ter informações precisas sobre diversas de suas áreas de atuação.

Além disso, foram implementados atualizações em banco de dados, conforme apresentados no quadro abaixo, que permitiram ampliar os benefícios auferidos e dar segurança para as informações.

#### Quadro 6.3.4.5 – Banco de dados Atualizados

### **BANCO DE DADOS**

- Arquimedes - PGJ
- PGJADMIN - Produção e Desenvolvimento
- Almoarifado
- Financeiro
- Planejamento
- Patrimônio
- Administrativo
- Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
- Controle Interno
- Expediente
- Financeiro
- Portal - Produção e Desenvolvimento
- E-mail
- Folha (Sigesp) - Produção e Desenvolvimento
- Integração Tribunal de Justiça (SPROC) e Ministério Público (Arquimedes)
- CIACA
- Relatórios para os Recursos Humanos
- Comissão Permanente de Licitação
- Mala Direta

Outros sistemas em desenvolvimento com previsão de entrar em funcionamento já no ano de 2010 também merecem ser mencionados, afinal, dentre estes está uma das prioridades da gestão atual em termos de sistemas, o Sistema EDOC, que será responsável por substituir o uso de documentos internos impressos na Instituição, visando a redução sistemática do uso de papel, a fim de diminuir os gastos correntes.

Quadro 6.3.4.6 – Sistemas iniciados em 2009, previsão de funcionamento em 2010.

<b>SISTEMA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>EDOC</b>	Envia documentos de forma digital e <i>on line</i> , entre as Promotorias de Justiça, agiliza o envio e melhora o acompanhamento dos mesmos, gerando ainda economia com correio, papéis e tinta.
<b>SISTEMA DA OUVIDORIA</b>	Permite coleta de sugestões, reclamações e elogios de todos os cidadãos.
<b>SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DOS SISTEMAS PROJUDI E ARQUIMEDES</b>	Possibilita a integração entre o Tribunal de Justiça e MPE do Tocantins, evitando o recadastro de informações processuais
<b>CADASTRO E VISUALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>	Possibilita o acompanhamento dos objetivos e indicadores construídos no Planejamento Estratégico Institucional, sendo possível identificar onde ocorrem os atrasos nas execuções;
<b>MEDIÇÃO DE SATISFAÇÃO FUNCIONAL</b>	Sistema para coleta de dados quanto à satisfação dos servidores, membros e população, possibilitando à administração tomar as medidas necessárias a aprimorar suas atividades, tanto finalísticas quanto de meio.
<b>INTEGRAÇÃO DE SISTEMA DE FÉRIAS COM SISTEMAS DE RH E FOLHA</b>	Possibilita agendar de férias integrado com sistema de RH e Folha, possibilitando a alimentação automática das informações quanto às férias de membros e servidores.

No desenvolvimento de suas atividades, o Departamento de Tecnologia da Informação encontrou dificuldades relacionadas a execução contratual com a empresa Brasil Telecom/OI nos contratos de internet. Quanto ao desenvolvimento de sistemas, o óbice foi a rotatividade de servidores e ao baixo número de especialistas no desenvolvimento de programas.

Convém ressaltar, ainda, que houve um acréscimo substancial de solicitações de atendimento, sem a devida contratação de profissionais na área de TI, acarretando uma sobrecarga na demanda deste departamento. Assim será de fundamental importância elevar o quantitativo de pessoal ativo permanente para o atender as demandas desta área.

## 7. SITUAÇÃO DOS PROJETOS

Conforme detalhado em cada ação constante do PPA, os projetos deste MPE-TO encontram-se conforme descrito abaixo:

Quadro 7.1 – Situação dos Projetos

<b>PROJETO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
<b>Implementação da Sala de Inteligência</b>	CONCLUÍDO
<b>Incremento na redução de processos pendentes acumulados</b>	CONCLUÍDO
<b>Sistema de avaliação e orientação da Corregedoria</b>	CONCLUÍDO
<b>Construção das Promotorias de Justiça do Ministério Público</b>	EM ANDAMENTO
<b>Ampliação da frota de veículos do Ministério Público</b>	EM ANDAMENTO
<b>Convênio nº 118/07 MPE-TO / Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres</b>	CONCLUÍDO

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Procuradoria-Geral de Justiça evidencia, de maneira transparente e precisa, o comportamento de sua gestão administrativa no que concerne às execuções orçamentárias, financeiras e patrimoniais, bem como a avaliação das ações desenvolvidas dentro de projetos e programas inseridos no contexto prioritário de suas atividades no exercício de 2009.

Para isso, o presente Relatório de Gestão é contemplado com quadros demonstrativos de pessoal e contábil, relatórios do patrimônio e de finanças, além de uma gama enorme de informações que servem para melhor embasar a compreensão daqueles que por se interessem em aquilatar como se portou o Órgão Ministerial no que diz respeito aos gastos e à aplicação do dinheiro público.

As dificuldades encontradas para o cumprimento de algumas metas propostas no PPA (Plano Plurianual) – 2008/2011, em sua primeira revisão para 2009, foram superadas, alinhando-se à Instrução Normativa nº 006/2003, do TCE, o que possibilitou a execução de 98,34% da proposta ofertada para o ano de 2009.

Assim, todo o empenho e diligências foram no sentido de se realizar uma gestão compartilhada e democrática a fim de aplicar os recursos públicos de forma proba.